

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM
ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS**

MARISTELA SENA DOS SANTOS

**O PAPEL DA AFRA EM DEFESA DAS POPULAÇÕES RURAIS
DE KWAZULU-NATAL (ÁFRICA DO SUL)**

São Luís
2026

MARISTELA SENA DOS SANTOS

**O PAPEL DA AFRA EM DEFESA DAS POPULAÇÕES RURAIS
DE KWAZULU-NATAL (ÁFRICA DO SUL)**

Trabalho de Conclusão de Curso (relatório de pesquisa) apresentado à Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Licenciada.

Orientadora: Profa. Dra. Viviane de Oliveira Barbosa

São Luís
2026

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Sena dos Santos, Maristela.

O PAPEL DA AFRA EM DEFESA DAS POPULAÇÕES RURAIS DE
KWAZULU-NATAL (ÁFRICA DO SUL) / Maristela Sena dos Santos. - 2026.
57 f.

Orientador(a): Viviane de Oliveira Barbosa.

Curso de Estudos Africanos e Afro-brasileiros, Universidade Federal do
Maranhão, São Luís, 2026.

1. Políticas Agrárias. 2. Association For Rural Advancement. 3. Kwazulu-Natal. I.
Barbosa, Viviane de Oliveira. II. Título.

MARISTELA SENA DOS SANTOS

**O PAPEL DA AFRA EM DEFESA DAS POPULAÇÕES RURAIS
DE KWAZULU-NATAL (ÁFRICA DO SUL)**

Trabalho de Conclusão de Curso (relatório de pesquisa) apresentado à Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Licenciada.

Orientadora: Profa. Dra. Viviane de Oliveira Barbosa

Aprovada em: ___ / ___ / _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Viviane de Oliveira Barbosa
(Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros/UFMA)
Orientadora

Prof. Dr. Rosenverck Estrela Santos
(Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros/UFMA)
1º Examinador

Prof. Dr. Sylvain Mbohou
(Licenciatura em História/UFMA)
2º Examinador

AGRADECIMENTOS

A minha trajetória durante a permanência em sala de aula e nas inúmeras atividades da Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (Liesafro) foi marcada pelo compromisso, desempenho e competência das professoras e professores, e agradeço a todas e a todos pelo conhecimento compartilhado.

Muito obrigada à equipe de professoras e professores da Liesafro que, juntamente com o Governo do Brasil e o Ministério da Igualdade Racial (MIR), organizou viagens de estudos a Cuba e a Cabo Verde, das quais pude participar.

À secretária Eliana Ribeiro da Silva e ao professor Rosenverck Estrela Santos, que foi coordenador da Liesafro, gostaria de dizer obrigada pela atenção dispensada todas as vezes que precisei da coordenação do curso.

Obrigada aos professores Rosenverck Estrela Santos e Sylvain Mbohhou por me acompanharem nessa jornada fazendo parte da banca arguidora.

Agradeço a minha mãe, Raimunda Sena dos Santos, pelo incentivo e suporte material.

E um especial obrigada a minha professora-orientadora, Viviane de Oliveira Barbosa, pelo rico convívio, por ser solidária, por ter me inspirado e me conduzido com maestria e companheirismo pelos caminhos da pesquisa.

*Se o país é muito pequeno, quem tem mais direito,
o verdadeiro proprietário ou o intruso estrangeiro?*

(Resposta do chefe dos Khoisan, Autshumao,
em abril de 1660, no Cabo, África do Sul,
ao comandante dos holandeses, Jan van Riebeeck,
quando informado que não havia pastos
suficientes para o gado dos colonos e dos Khoi-Khoi).

APRESENTAÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso resulta de um relatório final de pesquisa vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (IC-FAPEMA) com atividades desenvolvidas dentro do plano de trabalho **A AFRA de 2000 a 2009**, o qual faz parte de um projeto mais amplo – **AFRA: Ações e Projetos** –, e cujo propósito foi estudar a atuação da organização não governamental, Association for Rural Advancement (AFRA), em KwaZulu-Natal, na África do Sul. A pesquisa abordou especialmente projetos e ações geridos pela organização AFRA diante do tenso cenário agrário e das desigualdades no acesso e permanência em terras ocupadas, com o intuito de observar as variações nas experiências de homens e mulheres nesse processo.

Além disso, o estudo abrangeu uma pesquisa de campo com duração de 30 dias, entre agosto e setembro de 2005, na província de KwaZulu-Natal, quando foi possível participar de encontros de trabalhadoras e trabalhadores rurais, realizar entrevistas, visitar a zona rural e manter contatos com mulheres na cidade e na periferia, com o objetivo de conhecer e participar de seu modo de vida.

Em se tratando da África do Sul, os problemas referentes à ocupação e ao manejo da terra revelam a ação desastrosa do colonialismo naquele país, que viria, mais tarde, se aprofundar com a criação do *apartheid*, um dos regimes segregacionistas mais violentos da contemporaneidade e que operou sistematicamente contra uma população originária negra na segunda metade do século XX.

A sociedade brasileira também convive e enfrenta o racismo. O racismo provoca consequências graves à qualidade das instituições educacionais, trazendo prejuízos à trajetória escolar e comprometendo a garantia do direito humano à educação a crianças, adolescentes, jovens e adultos brasileiros. Enfrentar as formas de racismo é um desafio e um dever de toda sociedade brasileira, conforme o Parecer das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em 2004, um ano após a promulgação da Lei 10.639/2003 pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva.

A criação da Lei 10.639/2003, aprofundada pela Lei 11.645 de 2008 (que ampliou a abordagem para a história e cultura indígena), foi resultante de uma crítica ao ensino eurocêntrico nas escolas brasileiras e representa uma das políticas públicas mais importantes no sentido de garantir a inclusão obrigatória do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de educação básica. Apesar da ampliação dos debates nessa área, as

problematizações ainda ficaram muito circunscritas aos espaços acadêmicos, à ampliação de pesquisas na temática e a publicação de textos, livros e artigos, havendo ainda uma grande carência de materialização das discussões que envolvem a história da África e do negro no Brasil nas instituições de educação básica.

Reconhecendo esses desafios é que esta pesquisa visa a ser também uma contribuição para efetivar a lei 10.639/03 (11.645/08 em vigor), podendo contribuir com o ensino de história da África contemporânea, especialmente sobre o contexto sul-africano, conteúdo elencado para ser ensinado nos 8º e/ou 9º anos do ensino fundamental, bem como no ensino médio. A pesquisa é uma contribuição também aos debates que envolvem o colonialismo em África e os efeitos dele ainda hoje (colonialidade).

RESUMO

Este relatório apresenta as atividades desenvolvidas dentro do plano de trabalho A AFRA de 2000 a 2009, que faz parte de um projeto mais amplo – AFRA: Ações e Projetos –, cujo propósito é estudar a atuação da *Association for Rural Advancement* (AFRA) em KwaZulu-Natal, na África do Sul. A província de KwaZulu-Natal tem como uma de suas características a perpetuação do trabalho em *labour tenancy*, sistema no qual donos de fazendas permitem que trabalhadores rurais morem na propriedade e usem a terra por meio do fornecimento de sua mão de obra ao proprietário. É especialmente para esta população formada por comunidades negras rurais que a AFRA dedica os projetos e ações para atendimento técnico e jurídico, a fim de reparar injustiças, garantir direitos sociais, como assegurar a posse de terra, e melhorar a qualidade de vida de homens e mulheres do campo. A análise dos boletins informativos da AFRA permitiu observar as ações da organização, bem como processos ligados a políticas do governo sul-africano, além de leis sobre terras e decisões governamentais associadas à reforma agrária. Conjugada ao exame das fontes elaboradas pela associação, a análise da bibliografia pertinente ao tema faz parte do desenvolvimento desta pesquisa. No início de sua fundação (1979), a ONG se destacou pelo trabalho com as populações rurais para combater um regime hostil e violento e assistir à população negra. Desde então, tem se dedicado ao fortalecimento de parcerias com organizações da sociedade civil, instâncias governamentais e do setor acadêmico, com o objetivo de desenvolver mecanismos inovadores para a garantia de direitos, monitorando violações aos direitos das populações do campo e criando subsídios técnicos para o aperfeiçoamento de políticas públicas. Em relação à organização e defesa das mulheres, foi criado o programa *Rural Women's Project*, coordenado por Sizani Ngubane, o qual deu origem ao *Rural Women's Movement* (RWM) de KwaZulu-Natal, fundado no final da década de 1990, para atuar na defesa de mulheres rurais, promovendo a autonomia de suas ações, ampliando seus espaços de atuação produtiva e econômica, valorizando suas identidades, e buscando garantir seu acesso à terra.

Palavras-chave: Políticas agrárias; Association for Rural Advancement; KwaZulu-Natal.

ABSTRACT

This report presents the activities developed within the AFRA work plan from 2000 to 2009, which is part of a broader project – AFRA: Actions and Projects – whose purpose is to study the work of the Association for Rural Advancement (AFRA) in KwaZulu-Natal, South Africa. The province of KwaZulu-Natal is characterized by the perpetuation of labor tenancy, a system in which farm owners allow rural workers to live on the property and use the land in exchange for their labor. It is especially for this population, comprised of rural Black communities, that AFRA dedicates its projects and actions to providing technical and legal assistance, in order to redress injustices, guarantee social rights such as land tenure, and improve the quality of life of rural men and women. The analysis of AFRA's newsletters allowed for observation of the organization's actions, as well as processes linked to South African government policies, land laws, and government decisions associated with agrarian reform. Combined with an examination of the sources compiled by the association, an analysis of the bibliography relevant to the topic is part of the development of this research. At the beginning of its founding (1979), the NGO stood out for its work with rural populations to combat a hostile and violent regime and to assist the Black population. Since then, it has dedicated itself to strengthening partnerships with civil society organizations, governmental bodies, and the academic sector, with the aim of developing innovative mechanisms to guarantee rights, monitoring violations of the rights of rural populations, and creating technical resources for the improvement of public policies. Regarding the organization and defense of women, the Rural Women's Project program was created, coordinated by Sizani Ngubane, which gave rise to the Rural Women's Movement (RWM) of KwaZulu-Natal, founded in the late 1990s, to work in defense of rural women, promoting the autonomy of their actions, expanding their spaces for productive and economic activity, valuing their identities, and seeking to guarantee their access to land.

Keywords: Agrarian policies; Association for Rural Advancement; KwaZulu-Natal.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 JUSTIFICATIVA	14
3 OBJETIVOS	15
3.1 Objetivo Geral	15
3.2 Objetivos Específicos	15
4 METODOLOGIA	15
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	16
5.1 O apartheid divide um país	16
5.2 A transição do apartheid para a democracia	20
5.3 A política agrária e o papel das ONGs	22
5.4 Association for Rural Advancement (AFRA) – uma voz contra o apartheid	24
5.5 Relações de gênero no contexto rural	26
5.6 Práticas “tradicionais” impedem o acesso das mulheres à terra	29
5.7 A AFRA NO SÉCULO XXI	30
6 CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS	38
ANEXOS	41

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como propósito analisar a atuação da *Association for Rural Advancement* (AFRA), em KwaZulu-Natal, por meio de documentos produzidos pela própria organização não governamental, por exemplo, atas, boletins informativos, relatórios de reuniões, entre outros acervos que informam sobre a condição das populações rurais naquela província sul-africana e abordam, principalmente, a luta pelo direito à posse de terra, acesso esse historicamente limitado às pessoas negras da região, devido especialmente à instalação do regime colonial e de *apartheid* (1948-1994) na África do Sul.

Nessa perspectiva, este estudo contribui para ampliar o conhecimento acerca da atuação política e organizativa da AFRA, destacando suas ações e projetos ao longo de dez anos (2000-2009). A documentação disponível produzida pela organização, especialmente os planos e projetos desenvolvidos em KwaZulu-Natal, revelam o desenvolvimento de um trabalho arrojado em defesa de populações do campo para a garantia da posse da terra. O trabalho da AFRA alcançou vínculos com órgãos governamentais, movimentos e organizações, o que levou à expansão de projetos direcionados a segmentos sociais como mulheres, juventude e crianças.

Mapa da África do Sul



Fonte: geology.com

O trabalho inicial desenvolvido pela AFRA não adotou nenhuma linha política específica, mas foi sempre publicizado o compromisso primordial com a luta contra o *apartheid* (Merret, 1985). Em sua primeira década de atuação (1979-1989), a AFRA determinou sua oposição às remoções forçadas por meio de pesquisa e divulgação, além de apoiar e defender comunidades ameaçadas, instruindo essas populações em como pensar estratégias para resistir aos despejos (Fotheringham; Harley, 1999).

Nesse sentido, podemos afirmar que este estudo resultou no acesso e difusão de um recorte considerável sobre a história do *apartheid* e as consequências para a população negra e, em especial, para as mulheres. Segundo Walker (1998, p. 15), algumas dificuldades enfrentadas pelas mulheres sul-africanas se concentram na falta de capacidade por parte do governo em organizar políticas públicas para esse segmento social.

Por outro lado, a força das atitudes patriarcais, aliada à aparente relutância do governo em intervir ativamente para restringir os poderes das autoridades tradicionais em nível local, a ausência de um forte lobby de organizações de mulheres que façam campanha pelos direitos das mulheres à terra nas áreas rurais, juntamente com a pressão real sobre o governo para obter resultados rápidos, também contribuem para a dificuldade em garantir direitos das mulheres.

Em março de 1991, pressionado por intensas manifestações e com o retorno da legalidade do partido ANC (African National Congress), o então presidente da África do Sul, Frederick de Klerk, declarou o fim do *apartheid*, sistema de segregação racial, no qual o NP (National Party) manteve sob controle os cidadãos não brancos sul-africanos por mais de quatro décadas. Nelson Mandela foi eleito presidente, em 1994, e assumiu o compromisso de elaborar uma nova constituição e um regime de governo que proporcionasse a todos os sul-africanos a participação na vida social e política, além de equidade no acesso aos recursos.

As questões fundiárias ocupam um tema central na reorganização do país pós-*apartheid*. E as políticas fundiárias associadas ao *apartheid* tiveram influência na vida dos sul-africanos, causando grande sofrimento à população não branca com ações generalizadas de desapropriação de terras. A fundação do *apartheid* foi um sistema de zoneamento racial que reservou 87% das terras para propriedade e ocupação por brancos, que representavam aproximadamente 13% da população (Coles, 1993).

Sabe-se que quatro leis¹ promulgadas antes do *apartheid*, entre 1910 e 1940, serviram como base para a formalização do racismo e da divisão espacial por grupos sociais no território sul-africano. As demais leis decretadas durante aquele regime também asseveraram a exclusão da população negra quanto ao acesso à terra (Cousins, 2009; Monteiro, 2012; Pereira, 1986; Pereira, 2010; Sampson, 1988; Santos, 2021).

2 JUSTIFICATIVA

Na construção da história sul-africana, a terra ocupa lugar de centralidade. A pluralidade de significados contidos neste elemento pode ser explicada por fatores históricos que remontam ao período anterior à colonização. Tendo em vista os processos de desapropriação e a política de remoções, responsáveis pela marginalização da população negra, há uma necessidade de análise acerca dos fatores sociais e políticos que compõem a história das questões agrárias na África do Sul, ressaltando agentes e organizações importantes nesse processo.

Análises empreendidas sobre as permanências e continuidades dos princípios de negação do direito à terra aos grupos sociais camponeses e subalternizados pela lógica do capital têm sido fundamentais para, de um lado, denunciar as opressões sociais e, de outro, ressaltar as lutas e estratégias de grupos pela cooperação mútua em torno de um bem comum e coletivo. Assim, este trabalho se soma às abordagens sobre organizações e movimentos sociais que se fundamentam na lógica dos direitos civis e do acesso à terra, contribuindo, assim, para uma historiografia sobre os conflitos rurais e as questões agrárias na África do Sul.

Um caminho importante para essa visibilização é, certamente, além de promover redes de investigação e a troca de informações entre pesquisadores de um campo, fomentar um diálogo entre sujeitos organizados em diferentes movimentos sociais, de modo que possam

¹ Proposta por Cecil John Rhodes, então primeiro-ministro da Colônia do Cabo e arquiteto do imperialismo britânico na África, o **Glen Grey Act de 1894**, é a primeira lei de cunho segregacionista, pois que dirigida apenas aos africanos. Era uma legislação fundamental promulgada na Colônia do Cabo (antes da unificação da África do Sul em 1910) que estabeleceu princípios cruciais para o controle territorial, econômico e político da população negra, influenciando profundamente as leis segregacionistas do século XX.

O **Native Land Act de 1913** – implementou a criação de reservas (bantustans ou homelands) delimitando 7% do território à população negra.

O **Native (black) Urban Areas de 1923** – dividia a África do Sul em áreas urbanas e rurais e controlava a movimentação de negros entre ambas as áreas.

O **Development Trust and Land Act de 1936** – expandiu a área destinada às reservas para 13% e criou o The South African Development Trust (SADT) órgão responsável por adquirir e administrar terras para alocar a população negra, já que os africanos não tinham autorização para possuir terras.

compartilhar saberes e experiências, especialmente aqueles voltados para sua articulação política, suas atividades e projetos. Essas ações possibilitariam discutir o tema do acesso à terra e formular políticas públicas mais consistentes para esse público-alvo.

Até a década de 1990, na política do governo do *apartheid* na África do Sul era instituído que os negros não deveriam possuir terras o que não inibiu a pluralidade de significados contidos nelas e pode ser explicado por fatores históricos que transcendem aos períodos colonial e de segregação. Os vínculos sociais e culturais das populações com a terra ultrapassam o modelo econômico capitalista e estão enraizados nas dinâmicas locais de ancestralidade e parentesco, razão pela qual, aprofundando a colonização, o *apartheid* trouxe efeitos adversos às populações negras locais.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

- Contribuir para ampliar o conhecimento acerca da atuação política e organizativa da AFRA, destacando suas ações e projetos ao longo de dez anos (2000-2009).

3.2 Objetivos Específicos

- Fazer um panorama das questões agrárias na África do Sul e os desafios enfrentados pelas populações camponesas locais;

- Examinar os documentos produzidos pela AFRA, planos e projetos desenvolvidos em KwaZulu-Natal, observando as conexões dessas ações com outros movimentos e organizações;

- Analisar as propostas da AFRA para os segmentos sociais diversificados (mulheres, jovens, crianças, etc.).

4 METODOLOGIA

Os documentos da AFRA que estão sendo examinados são, em sua maioria, boletins informativos, relatórios, recortes de jornais e livretos organizados pela associação e disponibilizados digitalmente, o que contribui para a construção de um banco de dados. Os textos bibliográficos consultados são lidos e deles elaboram-se fichamentos ou resumos, buscando-se reflexões que dão consistência às análises da pesquisa. A participação em reuniões de pesquisa do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre África e o Sul Global (NEÁFRICA) tem dado subsídio teórico para as análises dos dados levantados, além das orientações individuais com a orientadora da pesquisa.

Este estudo tem a relevante contribuição de uma pesquisa de campo realizada em Pietermaritzburg, KwaZulu-Natal, África do Sul, no período de 7 de agosto a 8 de setembro de 2025, com a orientação da equipe da AFRA, que resultou na participação na conferência Farm Dweller Indaba (22 August 2025), na permanência de dois dias na zona rural (23 e 24 de agosto), e na realização de entrevistas com a diretora da AFRA, Laurel Oettle, e com a líder do movimento de mulheres Qina Mbokodo (Women are strong like a rock), Nike Michize. O levantamento e a leitura das fontes desta pesquisa ocorreram juntamente ao trabalho de leitura crítica sobre as questões abordadas como objeto de estudo e os resultados da análise foram, de algum modo, compartilhados em eventos acadêmicos, que serão listados nos resultados e discussões abaixo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após mais de duas décadas lidando com as comunidades rurais e suas dificuldades de acesso à terra e à obtenção de melhorias nos locais onde residem, a AFRA percebeu que o programa de reforma agrária sul-africano não estava orientado para resolver as desigualdades fundiárias naquele país. Ao ser entrevistada por mim na sede da ONG, em Pietermaritzburg, a diretora da AFRA, Laurel Oettle (2025), afirmou, que a única razão porque os *labour tenants* (trabalhadores arrendatários) ainda não têm terras é que o departamento rural do partido African National Congress (ANC) nunca teve realmente os sistemas, a capacidade, o orçamento ou mesmo o sistema governamental para processar todas as reivindicações de terras. Isso nunca foi totalmente resolvido, nunca teve um plano claro nem conseguiu contar com uma força de trabalho bem treinada e com capacidade para avançar. Apresenta-se, assim, um contexto histórico na África do Sul dos problemas agrários enfrentados, um panorama das ações da AFRA desde sua fundação, para, em seguida, serem destacados dados referentes aos primeiros dez anos de atuação da ONG neste século.

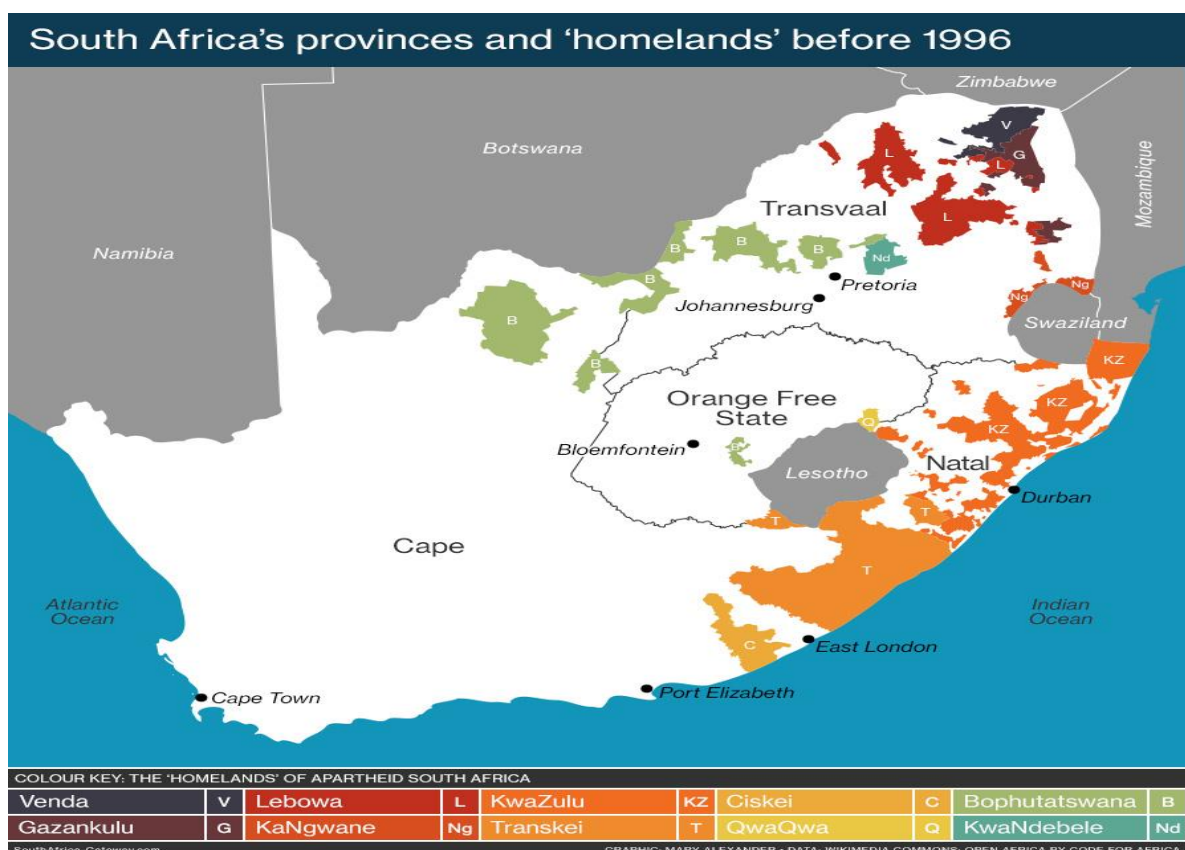
5.1 O *apartheid* divide um país

A conjuntura agrário-fundiária da África do Sul contemporânea é vinculada diretamente à institucionalização do *apartheid* (1948-1994), regime racial segregacionista, cujos fundamentos resultam da colonização holandesa, desde o século XVII, e inglesa iniciada no século XIX. A estrutura governamental criada historicamente na região instituiu a superioridade dos colonizadores em relação às populações locais, restringindo o acesso destes grupos à terra, à água e ao gado e transformando a população nativa em força de trabalho. Isso causou por mais de três séculos a dominação política, econômica e militar de uma minoria branca sobre a sociedade sul-africana (Pereira, 2010).

O regime não democrático na África do Sul tinha algumas características distintas. O governo do *apartheid*, que tomou o poder, em 1948, formalizou divisões raciais que já estavam consagradas em leis, que tinham as suas raízes no colonialismo das comunidades britânicas e bôeres, e que se uniram para formar a África do Sul em 1910. Esta era uma sociedade oligárquica organizada em torno da desigualdade social, política e econômica, que privilegiava uma minoria branca em detrimento da maioria negra (Waylen, 2004, p. 4, tradução nossa).

Uma das principais consequências dessa política segregacionista do *apartheid* consistiu na criação do Native Land Act de 1913, que formalizou e instituiu o caráter racial na propriedade de terras. Esta legislação, aprovada por governantes de maioria inglesa, dividia a África do Sul em duas partes: 7% do território nacional foram entregues aos negros (75% da população) e 93% das melhores terras foram apropriadas pela elite branca (10% da população).

Províncias e homelands antes de 1996



Fonte: Wikimedia Commons

Com isso, a propriedade de terras africanas permitida à população negra ficou restrita a reservas nativas (*homelands*) ou bantustões, cujo principal modo de acesso era a posse

administrada por líderes tradicionais. “A proibição direcionava-se a sujeitos que adquiriram terra por meio da compra antes do ato de 1913. Caso a porção de terra não estivesse dentro dos limites das reservas, os proprietários perderiam legalmente o direito àquela terra” (Gotlib, 2010, p. 18).

A Lei entrou em vigor em 19 de junho de 1913, limitando a posse de terras africanas a 7% e, posteriormente, a 13% através do Native Trust and Land Act de 1936. Quando o Partido Nacional chegou ao poder, em 1948, as terras urbanas e rurais na África do Sul estavam substancialmente divididas por critérios raciais. O Natives Land Act fez com que milhares de famílias negras fossem removidas à força de suas terras pelo governo do *apartheid* para regiões pobres e para municípios mal planejados e com poucos serviços. Não podendo mais sustentar a si mesmas e a suas famílias, as pessoas foram forçadas a procurar trabalho longe de suas casas, o que provocou a migração de trabalhadores para as áreas urbanas ocupadas por brancos.

Comunidades que viviam fora das áreas designadas como nativas eram agora “*black spots*” e estavam em perigo de remoção, embora a segurança não estivesse garantida nem mesmo para aqueles dentro das áreas designadas. Os Land Acts haviam afetado a segurança quanto à posse dos trabalhadores residentes e as expulsões das fazendas continuavam.

Essa mesma lei prescrevia o controle de trabalhadores e moradores de fazendas negros com a criação de critérios classificatórios severos para a permanência na fazenda, atingindo a maioria da população negra. Muitas famílias, apesar de não ter o registro de compra da terra, moravam na terra há várias gerações, antes de um fazendeiro branco comprar aquele lote do Estado. Estas foram desconsideradas pelo Estado como moradores legítimos e passaram a ser denominados posseiros (*squatters*), grupos menos reconhecidos do que aqueles que tinham o registro de compra da terra (Gotlib, 2010, p. 19)

O regime segregacionista *apartheid* instaurado na África do Sul de 1948 a 1994 trouxe como consequência “altos índices de concentração fundiária e desigualdades socioeconômicas baseados na segregação racial” (Sousa, 2013, p. 3). No final do *apartheid*, aproximadamente 82 milhões de hectares de terras agrícolas comerciais (86% de todas as terras agrícolas, ou 68% da superfície total) estavam nas mãos da minoria branca (10,9% da população), e concentradas em poder de, aproximadamente 60.000 proprietários. Mais de 13 milhões de pessoas negras, a maioria delas atingidas pela pobreza, permaneceram amontoadas nas antigas *homelands*, onde os direitos à terra eram geralmente pouco claros ou inseguros e o sistema de administração da terra estava desorganizado. Estas áreas eram caracterizadas por rendimentos extremamente baixos e altas taxas de mortalidade infantil, desnutrição e analfabetismo em

relação ao resto do país. Nas fazendas privadas, milhões de trabalhadores, antigos empregados e suas famílias enfrentaram uma grave insegurança na questão fundiária e falta de instalações e serviços básicos (Lahiff, 2008, p. 1).

Mais de 3 milhões de pessoas, 98% das quais eram negras, foram despejadas das suas casas pelas leis de propriedade do *apartheid* nos últimos trinta anos de sua vigência. Entre 1948 e 1982, somente na zona rural da província de Natal (atualmente KwaZulu-Natal), cerca de 450 000 pessoas foram retiradas à força das suas casas e das suas terras, nos termos da legislação do regime (Harley; Fotheringham, 1999). A implementação da legislação e das políticas do *apartheid* produziu, ao longo de muitas décadas, grandes disparidades no acesso à terra entre grupos raciais, as quais não desapareceram apenas com a revogação legal do regime (Coles, 1993).

Na análise de Coles (1993, p. 701), as políticas fundiárias associadas ao *apartheid* moldaram as esferas mais básicas da vida de todos os sul-africanos e resultaram na desapropriação generalizada de terras para os não brancos. Após o fim do *apartheid*, os agricultores continuam a ser um dos grupos mais vulneráveis na África do Sul, com muitos ainda enfrentando extrema insegurança de posse e sem acesso à habitação adequada e a serviços básicos. Cerca de três milhões de sul-africanos negros (6% da população) vivem em explorações agrícolas privadas, áreas anteriormente brancas e comerciais e estão entre os sul-africanos mais pobres, cuja vulnerabilidade é exacerbada pela sua “marginalidade socioeconômica e isolamento geográfico” (Afra, 2017).

Segundo Rosa (2012, p. 364), a maioria dos pesquisadores² que estudaram as condições dos residentes negros em fazendas de branco, antes do final do *apartheid*, tratou de discutir as formas de extração de mais-valia e composição da renda rural no país. Esses estudos concentraram-se na análise das relações sociais desses trabalhadores a partir de seu enquadramento na história da agricultura comercial do país, do papel do Estado e dos efeitos do *apartheid*, demonstrando a sobreposição das medidas segregacionistas do regime e a criação de formas de superexploração do trabalho nas fazendas.

As relações de trabalho desiguais persistem legitimadas pela “visão do governo sul-africano para a agricultura [...] que permanece impregnada da ideia de que este setor pode aumentar a sua contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB), principalmente através de exportações competitivas” (Afra, 2006, p. 7, tradução nossa)³.

² Rosa cita Marcus (1989), Wilson, Kooy e Hendrie (1977) e Roberts (1959).

³ The South African governments vision for agriculture as an economic sector remains steeped in the idea that this sector can be grown in its contribution to the GDP primarily through competitive exports (Afra, 2006, p. 7).

As desigualdades persistiram apesar da introdução de uma série de direitos fundamentais na Constituição Sul-Africana de 1996, que proporcionam proteções essenciais aos agricultores, incluindo a promoção da segurança da posse para pessoas anteriormente desfavorecidas, o direito de acesso à habitação adequada e o direito de acesso à água, alimentação e cuidados de saúde.

Na verdade, desde 1994, foram implementadas diversas leis e políticas para dar cumprimento ao imperativo constitucional da reforma agrária e para regular e viabilizar direitos e melhores condições de vida aos agricultores. No entanto, apesar dessas novas leis e políticas, muitos agricultores continuam a viver com medo de perderem as suas casas ou os direitos à terra.

A terra é a necessidade mais básica dos moradores das fazendas. As políticas do *apartheid* empurraram milhões de sul-africanos negros para reservas, *homelands* e *townships* superlotados e empobrecidos. Além disso, as políticas agrícolas de capital intensivo levaram ao despejo em grande escala dos agricultores das suas terras e casas, e apenas uma pequena minoria de pessoas negras pôde comprar terras no mercado livre (ANC, 1994 *apud* Hall, 2009)⁴.

Os movimentos sociais, em todo o mundo, intensificaram a sua campanha em torno do direito à alimentação, argumentando que a segurança alimentar reside em questões de acesso à terra e aos recursos e no apoio à agricultura familiar e não às agroindústrias globais. Argumenta-se frequentemente que o crescimento desta indústria é parte das razões pelas quais as pessoas não têm terra e são pobres e assim permanecem! (Afra, 2006, p. 7, tradução nossa)⁵.

5.2 A transição do *apartheid* para a democracia

A transição do regime de *apartheid* para um sistema democrático na África do Sul significou um imenso desafio para o governo que assumiu o poder, em 1994, com o compromisso de elaborar uma nova constituição e um regime de governo que proporcionasse a todos os sul-africanos a participação na vida social e política, além de equidade no acesso aos recursos. Embora o país fosse reconhecido por ter a economia mais desenvolvida do

⁴ Land is the most basic need for rural dwellers. Apartheid policies pushed millions of black South Africans into overcrowded and impoverished reserves, homelands and townships. In addition, capital intensive agricultural policies led to the large-scale eviction of farm dwellers from their land and homes... Only a tiny minority of black people can afford land on the free market (ANC, 1994 *apud* Hall, 2009).

⁵ Social movements, worldwide, have escalated their campaign around the right to food, arguing that food security lies in issues of access to land and resources and the support of family oriented farming rather than global agro-industries. It is often argued that the growth of such industry is part of the reasons people are landless and poor and remain so! (Afra, 2006, p. 7)

continente africano, os governantes tiveram de lidar com uma população atingida gravemente por elevados índices de pobreza e violência.

[...] a população negra rural, particularmente os africanos, experimentam os níveis de pobreza mais elevados e estimados em 70,9% comparativamente com as taxas de pobreza nacional mais controversas avaliadas entre 49% e 57%. Ainda que o mapa territorial tenha sido redesenhado em 1994 para eliminar formalmente a distinção entre os dez bantustões e os quatro estados “brancos”, criando nove províncias, as populações negras e brancas permanecem, em grande medida, divididas da mesma forma que estavam sob o apartheid (Andrew; Jacobs, 2009, p. 152, tradução nossa).

O governo do presidente Nelson Mandela tinha a árdua tarefa de atender demandas que não podiam mais esperar por políticas públicas justas. Era exigido um exercício de equilíbrio para socorrer as populações despossuídas de moradia, educação, saúde e serviços básicos. Por outro lado, havia a demanda pela preservação do setor agrícola comercial e no meio dessa situação, uma nova e frágil realidade política. O governo, liderado pelo Congresso Nacional Africano (ANC), fez a escolha por uma política de reforma agrária em três frentes: restituição da terra, redistribuição da terra, e segurança da posse.

A restituição de terras é um processo legal pelo qual pessoas que podem provar que foram desapossadas após 1913 podem recuperar suas terras ou receber devida compensação financeira por elas. A reforma da posse de terras visa abordar a posse insegura nas antigas terras, e a redistribuição de terras tem por intuito corrigir os desequilíbrios raciais na propriedade rural de terras. As estratégias de restituição de terras, reforma da posse de terras e redistribuição de terras do governo sul-africano, inicialmente divulgadas no Programa de Reconstrução e Desenvolvimento de 1994 (Reconstruction and Development Programme – RDP), e os princípios subjacentes a elas, foram consolidados na nova Constituição da África do Sul, aprovada pelo Parlamento em 1996 (Darroch; Lyne, 2004).

A Lei de Restituição dos Direitos à Terra (nº 22 de 1994), aprofundada pela Restituição da Lei de Direitos de Terra de 2004, prevê a restituição de direitos sobre terras em relação às quais pessoas ou comunidades foram desapropriadas. Considerando o fato de que mais de 3,5 milhões de pessoas e os seus descendentes foram vítimas de expropriação racial e de remoções forçadas, é evidente que uma enorme responsabilidade recai sobre o Estado para dar efeito à restituição dos direitos à terra (Saunders, 2003). Essa lei estabeleceu o Tribunal da Comissão de Restituição de Reclamações de Direitos sobre a Terra para receber e julgar reclamações de restituição, contudo não menciona explicitamente as mulheres como um grupo que merece proteção especial.

Na Constituição, a igualdade de gênero é um princípio básico, estabelecendo que a República da África do Sul baseia-se em quatro valores, um dos quais é “não racismo e não sexismo”. A Constituição prevê o direito de acesso à terra e trata do acesso equitativo à terra, restituição e segurança de posse, fornecendo a base para o reconhecimento legal de direitos à terra de pessoas que vivem em terras costumeiras.

A Seção 9, da Lei das Associações de Propriedade Comunal de 1996, protege os interesses das mulheres por meio de disposições não discriminatórias e processos de tomada de decisão inclusivos na posse e uso da terra comunal. Além disso, houve a elaboração da Política de Gênero da Reforma da Terra (1997), removendo as restrições legais ao acesso das mulheres à terra, fornecendo metodologias participativas sensíveis ao gênero, assistência financeira para mulheres, registro de terras redistribuídas em nome delas e prioridade para mulheres que solicitam financiamento, no intuito de promover a igualdade de gênero. Também em 1997, foi decretada a Extensão da Segurança da Lei de Posse (ESTA), com medidas para facilitar, no longo prazo, a segurança da posse da terra, baseada na não discriminação de gênero.

A Comissão Nacional sobre Igualdade do Gênero de 1998 foi responsável por defender e fiscalizar o avanço da igualdade de gênero nos setores público e privado. Em 1996, a Lei de Proteção Provisória dos Direitos Informais da Terra (IPILRA) já visava garantir a proteção legal temporária para pessoas sem direitos fundiários formalmente reconhecidos, enquanto o governo desenvolvia uma legislação mais abrangente para proteger e regulamentar a posse costumeira.

5.3 A política agrária e o papel das ONGs

Muitas das comunidades que buscaram auxílio da organização não governamental *Association for Rural Advancement* (AFRA)⁶ foram afetadas pela Lei de 1913, pois as terras em que viviam (e, em alguns casos, possuíam título de propriedade) foram excluídas das áreas designadas como áreas de reserva. A terra de Crimen foi comprada em 1912; a terra de

⁶ Criada em outubro de 1979, na província de Natal (atual KwaZulu-Natal), no contexto do regime de *apartheid*, a organização não governamental surge em um momento de crise provocada pelo programa de remoções forçadas do governo do Partido Nacional (PN), que atingia especialmente moradores de fazendas na área rural. Mesmo com recursos limitados, a AFRA organizou o monitoramento e a documentação de remoções e as condições gerais no interior da província de Natal, opondo-se a injustiças como despejos e agressões por meio de publicações, publicidade na imprensa, reparações legais e através de representações aos órgãos apropriados. A AFRA enfrentou períodos de constante e intensiva violência na zona rural e nas cidades e chegou aos anos 1990 e 2000 ciente de sua responsabilidade para atuar politicamente na sociedade e na reorganização do espaço rural sul-africano pós-*apartheid*.

Kwapitela em 1900; a de Charlestown em 1912. A comunidade AmaHlubi e os trabalhadores residentes de Mooibank estavam estabelecidos em suas terras muito antes daquela lei, embora não possuíssem título de propriedade (Fotheringham; Harley, 1999, p. 20).

O Ato de 1913 estabeleceu um limite absoluto para as terras que seriam disponibilizadas para assentamento africano. Isso forneceu a base para futuras remoções forçadas, inclusive em terras de posse livre africana que passaram a ser designadas “*black spots*” (Fotheringham; Harley, 1999, p. 21).

As pessoas são expulsas das suas casas, carregadas em caminhões e transportadas para locais de realocação, que são numerados e expropriados, as suas casas são demolidas por escavadoras e são impedidas de entrar em certas áreas, tudo nos termos da lei. Existe sanção legislativa para cada um desses procedimentos (Platzky; Walker, 1985, p. 138 *apud* Fotheringham; Harley, 1999, p. 36, tradução nossa).

Sabendo da urgência e da carência que essas pessoas tinham em relação à informação sobre legislação, a AFRA disponibilizava panfletos com informações claras e precisas sobre as leis que regiam as políticas estaduais de reassentamento e os direitos que as populações do campo tinham em relação a elas. Havia uma preocupação em apurar quais as responsabilidades do Estado ou da agência de reassentamento em relação ao bem-estar das pessoas reassentadas e de informar quais os canais existentes para resolver as queixas das pessoas quanto à ação do Estado.

Em alguns casos, os agricultores africanos recorreram à troca da sua mão de obra pela utilização de terras em propriedade de agricultores brancos – os infames acordos de arrendamento de mão de obra que persistiram em partes de KwaZulu-Natal e da província de Mpumalanga (Darroch; Lyne, 2004).

A classe de trabalhadores agrícolas, *labour tenancy*, tinha um acordo de serviço de seis meses (poucas vezes registrado) com o dono da fazenda como forma de aluguel da terra para o plantio e o pasto do gado. Apesar de tornada ilegal pela Proclamação 2.089 no Diário do Governo nº 6.663, de 21 de setembro de 1979, esta forma de trabalho era praticada em muitas fazendas.

Para além do seu confinamento às reservas, a proibição da propriedade da terra por africanos negros contribuiu para o incremento de outro tipo específico de relação de trabalho e moradia rural: a residência de famílias negras em fazendas de brancos, em troca da provisão de trabalho ou de pagamento por produção da terra. Esse modo de uso da terra, conhecido em inglês pelo termo *labour tenancy*, orientou-se por várias formas que misturaram pagamentos em trabalho, dinheiro ou produtos agrícolas. É também importante notar que, em certos casos, os antigos moradores negros das áreas concedidas para os colonizadores brancos, acabaram por se tornar

trabalhadores nas novas fazendas estabelecidas na mesma área em que já habitavam (Rosa, 2012, p. 362).

A AFRA mantinha contato também com a categoria *fulltime farmworkers* (trabalhadores em tempo integral) e os advertia contra as ameaças de demissão alegadas pelo empregador “porque são deficientes, são demasiado velhos, são considerados trabalhadores insatisfatórios, os filhos mais novos já não querem trabalhar para o agricultor, a fazenda foi vendida, etc” (Memorandum, 1982, tradução nossa). As condições de trabalho dos trabalhadores agrícolas não estavam determinadas pela Legislação de Conciliação Industrial em vigor e, por isso, os donos das fazendas abusavam do direito de oferecer um prazo legal de aviso prévio para despedir um trabalhador pelos motivos que desejassem.

Os trabalhadores despedidos ficavam em situação de vulnerabilidade sem ter alojamento e emprego alternativos. A maioria tentava evitar sua mudança para assentamentos oficiais mais próximos ou campos de reassentamento, porque isso exigia livrar-se dos rebanhos e adaptar-se a um ambiente muito diferente e estranho. No entanto, poucos conseguiam encontrar alternativas em outras fazendas ocupadas por brancos e muitos aglomeravam-se em *black spots* existentes, onde enfrentavam uma ameaça adicional de reassentamento.

Durante o *apartheid*, a categoria *squatters* era comumente conhecida como invasores de fazendas. O termo era usado indiscriminadamente para se referir a arrendatários e também a trabalhadores agrícolas em tempo integral. No sentido estrito, referia-se a famílias que viviam em fazendas de brancos sem trabalhar para o agricultor. Em alguns casos, poderia haver um acordo privado entre o *squatter* e o proprietário da terra, incluindo o pagamento da renda. Na maioria dos casos, eles são vistos como moradores ilegais, residindo em terras sem a permissão do proprietário ou a sanção do Estado. Muitas vezes são pessoas que trabalhavam para o proprietário e se recusaram a se mudar após serem notificadas por este, porque não tinham para onde ir (Memorandum, 1982).

5.4 Association for Rural Advancement (AFRA) – uma voz contra o *apartheid*

A *Association for Rural Advancement* (AFRA) surgiu na província de Natal (atual KwaZulu-Natal) em meio às proibições a movimentos e organizações e às mortes e detenções que marcaram a África do Sul após a revolta de Soweto, bairro de Joanesburgo. Como estratégia imediata, seus dirigentes criaram ações para contrapor o momento de crise provocada pelo programa de remoções forçadas do governo do Partido Nacional (PN), que

atingia especialmente moradores de fazendas na área rural de Weenen. O Partido Liberal e o Congresso Nacional Africano (ANC) foram reprimidos na década de 1960, o que contribuiu para o impacto de suas lutas em caráter local e nacional. A AFRA teve uma tradição de resistência às remoções forçadas em Natal em conexão com esses dois partidos.

No final da década de 1970, várias ONGs sobre terras foram formadas separadamente por ativistas brancos, principalmente urbanos, nas províncias do Transvaal, Cape e Natal, começando a advogar pelo fim das remoções forçadas. Essas ONGs não apenas forneceram apoio para a defesa de cada comunidade negra contra a implementação das remoções forçadas, mas também tentaram estabelecer algumas conexões entre comunidades ameaçadas de remoções. Uma de suas principais realizações foi aumentar a publicidade sobre as remoções por meio de pesquisa e publicação de seus resultados em vários meios de comunicação, incluindo boletins informativos e relatórios. Sem dúvida, isso foi melhor ilustrado no sucesso do projeto de pesquisa *Surplus People Project* (SPP), pois seus relatórios ainda são considerados o estudo mais extenso das remoções forçadas na África do Sul (Sato, 2012, p. 3).

A preservação da memória por meio da divulgação dos acontecimentos foi uma das estratégias de organização da AFRA. Segundo Sato (2012, p. 9), em seus boletins informativos, a AFRA produziu histórias detalhadas de comunidades selecionadas. Até meados de 1982, a organização havia publicado 17 relatórios e 2 relatórios especiais, que foram enviados para cerca de 1.200 endereços de sua lista de correspondência. Desde o relatório nº 8, em 1981, a AFRA produziu seus relatórios tanto em inglês quanto em isiZulu. Além disso, produziu quatro “folhetos informativos” nas duas línguas, com o objetivo de educar comunidades rurais tanto em questões práticas, como a de fazer uma declaração e como obter uma pensão, quanto em aspectos legais das remoções.

Em um memorando de 1982, redigido em quatro páginas, a AFRA descreve comunidades afetadas pelo reassentamento e tipifica a natureza das leis que lhes eram aplicadas.

Encontramos comunidades onde as pessoas não têm ideia do que significa um aviso de expropriação; onde os avisos de desapropriação não são entregues ao proprietário registrado, mas a quem quer que esteja na casa quando o oficial chega; onde as pessoas estão insatisfeitas com a quantidade de dinheiro que lhes é oferecida pelas suas terras, mas estão demasiado assustadas ou ignorantes para contestar a avaliação oficial; bem como onde as pessoas declararam repetidamente que não querem se

mudar, mas de qualquer maneira receberam (e posteriormente repudiaram) avisos de expropriação (Afra, 1982, tradução nossa)⁷.

As *black spots* ou “áreas más situadas” eram propriedades negras em distritos que o governo considerava de “brancos”. A população negra era forçada a ocupar as áreas de reserva (*homelands*) ou bantustões. Somente proprietários com mais de 42 acres se qualificavam para a compensação de terras. O restante tinha de disputar lotes determinados pelo município em um “assentamento mais próximo”. Além dos proprietários, havia geralmente um grande número de inquilinos que alugavam terrenos residenciais e agrícolas aos proprietários. A maioria dessas comunidades foi estabelecida no final do século XIX e no final da década de 1970, ainda existiam cerca de 140 delas em Natal (Afra, 1982).

Segundo o Departamento Nacional de Agricultura (NDA), em 1991, estas antigas terras (*homelands*) cobriam 17 milhões de hectares, ou cerca de 13,9% da área nacional. As leis impediam os africanos de possuírem terras em áreas agrícolas brancas e os agricultores brancos de arrendarem as suas terras a arrendatários e meeiros negros.

5.5 Relações de gênero no contexto rural

De acordo com Walker (1998), o contexto geral de pobreza rural, degradação da terra e níveis elevados de falta deste recurso entre a população do campo na África do Sul apresenta um padrão internacionalmente conhecido de desigualdade entre homens e mulheres da mesma classe. Isso se expressa em termos de acesso e controle sobre terras escassas e outros recursos, incluindo oportunidades de geração de renda, bem como em termos de autoridade dentro dos agregados familiares e das organizações comunitárias. A privação particular das mulheres rurais como categoria social em relação aos homens tem sido exacerbada pelo legado das políticas de trabalho migrante e dos bantustões, desenvolvidas pelos governos brancos minoritários do regime colonial segregacionista e do *apartheid* (Walker, 1998, p. 4).

A maioria das populações rurais pobres é negra e mais da metade dos agregados familiares rurais são chefiadas por mulheres. Em grande parte, isto é consequência do sistema de trabalho migratório do *apartheid* e, em muitos casos, levou a agregados familiares duplos,

⁷ We have encountered communities where people have no idea of what an expropriation notice means; where expropriation notices are served not on the registered landowner, but on whoever happens to be at the house when the official arrives; where people are dissatisfied with the amount of money offered them for their land but are too scared or ignorant to challenge the official assessment; as well as where people have repeatedly stated that they do not want to move but have been served with (and subsequently repudiated) expropriation notices anyway (Afra, 1982).

dividindo a família. Além disso, os produtores de bens de subsistência na África do Sul são, sobretudo, as mulheres, cultivando alimentos em condições cada vez mais difíceis, com pouquíssima terra, por vezes conseguindo obter um excedente para trocar localmente (Andrew; Jacobs, 2009, p. 155).

Apesar dessa dura realidade, as mulheres sul-africanas das zonas rurais resistem às formas de opressão e lutam por acesso independente e igualitário à terra, incluindo a redução da pobreza, a autonomia econômica, social e política e o seu bem-estar geral, o uso eficiente da terra, a promoção da igualdade feminina e o desafio à opressão masculina (Agriwal, 1999 *apud* Mann, 2000, p. 5).

Essas mulheres começaram a lutar e a fazer valer os seus direitos à terra ao longo dos últimos 30-40 anos, lutando contra o *apartheid* e as instituições das *homelands* criadas por esse sistema. Os resultados desta luta têm surgido muito lentamente, em parte devido à relutância dos homens em aceitar as mudanças informais e legislativas que proporcionaram a atribuição de direitos à terra às mulheres, porque isso também resultaria na conquista de autonomia das mulheres e direitos de cidadania independentes, reduzindo assim o poder masculino dentro do agregado familiar e da comunidade (Cross; Hornby, 2002, p. 41-42).

Estande da AFRA na Conferência de Trabalhadores, em uMshwathi (distrito de uMgungundlovu), KwaZulu-Natal (set. 2025)



Fonte: Autoria própria

Representantes de comunidades rurais participam da Conferência de Trabalhadores



Fonte: Autoria própria

Embora haja uma variedade de sistema de posse comunal, as mulheres geralmente não se qualificam para possuir terras sem a tutela dos homens. As regras de acesso e herança tendem geralmente a favorecer os homens em detrimento das mulheres, e as mulheres com filhos em detrimento das que não os têm. Assim, embora a constituição atual da África do Sul seja considerada progressista em termos de gênero, as mulheres são discriminadas em todos os sistemas de posse – consuetudinários e estatutários.

Mulheres rurais na Conferência de Trabalhadores



Fonte: Autoria própria

Com o propósito de combater um regime hostil e violento e assistir a população negra, alguns movimentos e organizações não governamentais despontaram em diferentes territórios do país (Barbosa; Cunha, 2023). A *Association for Rural Advancement* (AFRA) se formou em função dos problemas e demandas agrárias da província de KwaZulu-Natal, atuando em conexão com outros movimentos e organizações. Na década de 1990, criou o programa *Rural Women's Project*, coordenado por Sizani Ngubane, para auxiliar mulheres rurais quanto à sua organização econômica e seus direitos fundamentais, como o acesso à terra.

O programa deu origem ao *Rural Women's Movement* (RWM) de KwaZulu-Natal, fundado no final da década de 1990, para atuar na defesa de mulheres rurais, promovendo a autonomia de suas ações, ampliando seus espaços de atuação produtiva e econômica, valorizando suas identidades e buscando garantir seu acesso à terra (Barbosa; Cunha, 2023).

O trabalho das mulheres africanas adultas supera significativamente o dos homens africanos nas áreas rurais. No entanto, na maioria dos casos, elas não são produtoras rurais independentes, e seu acesso à terra geralmente é mediado por suas relações com os homens. As relações determinadas pela tradição (leis costumeiras) e as legislações vigentes causam a marginalização econômica das mulheres. Embora já não sejam constitucionalmente definidas como menores perpétuas, as mulheres locais continuam a ser tratadas como subordinadas aos homens, e esta subordinação é defendida por muitos chefes locais em nome da tradição e da cultura africanas (Walker, 1998).

5.6 Práticas “tradicionalis” impedem o acesso das mulheres à terra

A categoria social mais atingida é a das mulheres rurais, que representam 53% da população, sendo que 71% delas vive abaixo da linha de pobreza, dispendo de apenas 350 Rand/mês, enquanto 62% estão desempregadas (National Land Committee, 2003 *apud* Mutangadura, 2004).

A questão do acesso à terra pelas mulheres negras se torna mais difícil porque a atribuição consuetudinária de terras é inerentemente patriarcal e está ligada a práticas consideradas “tradicionalis”. Direito costumeiro ou consuetudinário é um conjunto de regras e normas que regem a alocação, o uso, o acesso e a transferência comunitária da terra e de outros recursos naturais. Algumas cláusulas legais do direito consuetudinário não permitem a propriedade conjunta de terras por casais, bem como os princípios de herança e leis de casamento divergem com as leis civis que regulamentam o acesso à terra. Em situações nas quais as mulheres podem comprar a terra no mercado fundiário, elas estão limitadas por

vários fatores socioeconômicos e por situações de vulnerabilidade, que incluem o analfabetismo, a falta de capital e de instrumentos, a falta de garantias, de formação e experiência em gestão agrícola (FAO, 2002 *apud* PLAAS, 2020).

Embora, em teoria, as mulheres tenham o direito de receber terras, ou mesmo de herdá-las, na prática isso raramente acontece. No entanto, como as políticas do *apartheid* levaram a elevados níveis de migração laboral para fora das áreas rurais, durante décadas, a maioria dos ocupantes rurais nas reservas eram mulheres (Fotheringham; Harley, 1999, p. 120).

A maioria das mulheres rurais enfrenta grandes obstáculos no que diz respeito ao acesso legítimo à terra, e qualquer acesso que tenham é inseguro (Mann, 2000), apesar de ser a terra um meio de sobrevivência e um recurso produtivo em tempos de pobreza e elevado desemprego. A Declaração de Direitos da Constituição afirma que todos são iguais perante a lei e têm o direito à igual proteção e benefício da lei. A África do Sul é, desde 1995, signatária da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), no entanto, ainda não existe uma lei que regule o acesso independente das mulheres à terra no país. O acesso e a segurança da posse de uma mulher dependem de ser ela capaz de persuadir as autoridades tradicionais da sua necessidade (Mutangadura, 2004).

5.7 A AFRA no século XXI

A AFRA entrou nos anos 2000 com a experiência de duas décadas de trabalho de assistência às populações rurais na defesa de direitos civis e direito à terra na zona rural da província de KwaZulu-Natal. Na visão da ONG, a pobreza continua a ser um grande desafio para muitas pessoas em áreas rurais e os índices de desigualdade social não param de crescer.

Os índices de desemprego são alarmantemente altos e muitas empresas ainda estão demitindo trabalhadores, fazendo com que um número excessivo de pessoas viva abaixo da linha da pobreza. Até hoje, o governo não apresentou uma estratégia abrangente para combater a pobreza. Como AFRA, acreditamos que uma estratégia mais viável é necessária: uma que promova esforços de desenvolvimento comunitário, especialmente em zonas rurais, garanta a criação de empregos e disponibilize terras e recursos de desenvolvimento para os mais pobres (Afra, 2000, p. 9, tradução nossa)⁸.

⁸ Unemployment figures are alarmingly high and many companies are still retrenching workers with the result that far too many people live below the poverty line. To date the government has not come up with a comprehensive strategy for combating poverty. As AFRA, we believe a more viable strategy is necessary: one that promotes community development efforts, especially in rural areas, ensures job creation, and makes land and developmental resources available to the poor.

Para realizar essas ações no início dos anos 2000, a AFRA concentrou esforços no desenvolvimento de cinco áreas-chave:

- 1) Fortalecimento da Sociedade Civil (aqui estão sediadas as atividades do Movimento das Mulheres Rurais⁹ e do Movimento Social Rural);
- 2) Projeto de assentamento de terras – garantia de segurança na posse de terras agrícolas;
- 3) Projeto-piloto de registro de terras;
- 4) Melhoria dos meios de subsistência;
- 5) Trabalho de restituição (de terras)¹⁰

Com isso, a AFRA sustenta o propósito de combater a contínua marginalização dos trabalhadores rurais, impedidos de exercer seus direitos constitucionais à terra, serviços básicos, moradia e dignidade. Muitos desses trabalhadores não falam e nem leem em inglês, fator que agrava as relações de poder extremamente desiguais no ambiente rural. Por outro lado, os trabalhadores rurais enfrentam a ineficaz implementação de leis e políticas criadas para garantir seus direitos. Para promover a efetivação desses direitos, a AFRA tem trabalhado em campanhas de mobilização comunitária, a fim de capacitar representantes da população rural para reivindicarem direito à segurança na posse da terra e acesso a serviços básicos.

Em busca de uma sociedade inclusiva, onde os direitos são valorizados e protegidos, a AFRA se dedica a melhorar as condições de vida dos agricultores, garantir a posse da terra e aprimorar os meios de subsistência através do acesso aos serviços básicos. Portanto, a ONG propõe-se a capacitar e mobilizar a população rural, moradores de fazendas e comunidades, para agirem em prol de seus interesses, fornecendo a conscientização dos direitos básicos e políticas de terra, e educação sobre auto-organização, promovendo participação ativa na prevenção aos despejos e resolução de disputas territoriais. Além disso, o aconselhamento, a mediação e a assistência jurídica também fazem parte da agenda administrativa (Afra, 2024, tradução nossa)¹¹.

⁹ Criado na década de 1990, o programa *Rural Women's Project* foi coordenado por Sizani Ngubane, que, mais tarde fundou o Movimento de Mulheres Rurais de KwaZulu-Natal. Ver Barbosa; Cunha (2023).

¹⁰ 1) Strengthening the Civil Society (the Rural Women's Movement and Rural Social Movement activities are housed here); 2) Land settlement project – ensuring tenure security on farms; 3) Land records pilot Project; 4) Livelihood improvement 5) Restitution work (Afra, 2000, p. 10)

¹¹ In pursuit of an inclusive society where rights are valued and protected, AFRA is dedicated to improving farmers' living conditions, securing land tenure, and enhancing livelihoods through access to basic services. Therefore, the NGO aims to empower and mobilize rural populations, farm residents, and communities to act in their own interests by raising awareness of basic rights and land policies, and providing education on self-organization. This promotes active participation in preventing evictions and resolving land disputes. In addition, counseling, mediation, and legal assistance are also part of the organization's administrative agenda (Afra, 2024).

Para os membros da AFRA, ao longo da trajetória da associação, tem sido muito importante o fortalecimento de parcerias com organizações da sociedade civil, instâncias governamentais e do setor acadêmico. O objetivo do trabalho conjunto é o desenvolvimento de mecanismos inovadores, como a criação de instrumentos flexíveis e progressistas para implementação de direitos, monitoramento de violações, e fornecimento de subsídios técnicos para aperfeiçoar políticas públicas.

Com o propósito de combater um regime hostil e violento e assistir à população negra, alguns movimentos e organizações não governamentais despontaram em diferentes territórios do país. A *Association for Rural Advancement* (AFRA) foi um deles, que se formou em função dos problemas e demandas agrárias da província de KwaZulu-Natal, atuando em conexão com outros movimentos e organizações.

O movimento de mulheres *Qina Mbokodo* (somos fortes como rochas), dirigido por Nike Mkhize, está localizado no distrito de uMgungundlovu e atua intensivamente em outras comunidades de KwaZulu-Natal. Desde a sua criação, em 2018, o *Qina Mbokodo* tem parceria com a AFRA.

Mulheres do *Qina Mbokodo*



Fonte: Autoria própria

A razão pela qual começamos o *Qina Mbokodo* foi que vimos nas nossas comunidades a lacuna entre mulheres e homens. Então havia uma estrutura ou existe, ainda está resistindo agora, uma estrutura onde nós, como membros do *Qina Mbokodo*, odiamos. Chama-se Siyanqoba. Siyanqoba consiste em mulheres e homens em uma estrutura. E quando estamos em Siyanqoba, talvez durante as reuniões ou algo assim, apenas vimos que não temos permissão ou somos reprimidas para falar sobre os homens. Então compreendemos que isso não está apenas nas estruturas, na repressão, no *bullying*, na opressão. Está até nas nossas comunidades, não só nas nossas comunidades, mas em qualquer trabalho, em qualquer ambiente de trabalho, em todo espaço onde tem um homem e uma mulher. Quando começamos o *Qina Mbokodo*, queríamos expressar nossos pontos de vista nos nossos próprios espaços, falar sobre as coisas que acontecem entre nós nas casas, no ambiente onde temos reuniões, nos locais de trabalho, e assim por diante (Mkhize, tradução nossa 2005)¹².

Segundo Nike Mkhize, em cooperação com a AFRA, o *Qina Mbokodo* desenvolve um trabalho informando as mulheres sobre seus direitos à terra, nos locais de trabalho, especialmente nas explorações agrícolas. “As mulheres que estão nas fazendas não sabem nada sobre os seus direitos. Mesmo no ambiente de trabalho, são reprimidas pelos supervisores chamados iZinduna¹³. Nossa missão é capacitá-las em seus direitos à terra e ao ambiente de trabalho, para que elas usem esses direitos” (Mkhize, 2025).

Nike Mkhize – diretora do movimento de mulheres *Qina Mbokodo*



Fonte: Autoria própria

¹² Entrevista concedida a autora em 26 de agosto de 2025, em Pietermaritzburg (KZN/África do Sul).

¹³ São importantes líderes e conselheiros tradicionais na cultura Zulu, atuando como mediadores entre a comunidade e os chefes/reis, mantendo a paz, a estabilidade e supervisionando o desenvolvimento local, sendo figuras de grande respeito com funções administrativas e cerimoniais.

Em busca de autonomia, Nike Mkhize (2025) ensina às mulheres ao seu redor: “Te mantenha ocupada em vez de ficar em casa esperando que o homem te alimente, já que tu deste a ele o poder de te controlar”¹⁴. A AFRA e o *Qina Mbokodo* compreendem a importância da capacitação das mulheres também no âmbito da produção do próprio alimento e no incentivo ao aperfeiçoamento de suas habilidades e práticas no sentido de adquirir renda.

No [movimento] *Qina Mbokodo* existem muitos tipos diferentes de mulheres que podem fazer qualquer coisa ou coisas diferentes em espaços diferentes. Temos mulheres que costuram, que aram e cultivam vegetais, mulheres que criam gado, as mulheres têm cabras e vacas e todos nós as capacitamos de maneiras diferentes. Em nossa visão, ou em nossa missão, queremos capacitar as mulheres para fazerem coisas que elas podem fazer, especialmente cultivar seu jardim e obter sustentabilidade. É por isso que estamos envolvidos com a AFRA para a agroecologia. Eles tomam as mulheres do *Qina Mbokodo* sob suas asas e as ensinam a cultivar os alimentos na agroecologia (Mkhize, 2025).

Em sete anos de parceria, o movimento de mulheres *Qina Mbokodo* cresceu a ponto de alcançar o posto de um dos aliados relevantes na construção de políticas de desenvolvimento agrário e imersão nas comunidades rurais na região da província de KwaZulu-Natal.

Quando o [movimento] *Qina Mbokodo* foi fundado em 2018, a AFRA era a nossa mãe-pai, os nossos pais. Então o *Qina Mbokodo* começou com a AFRA de mãos dadas, ajudando-nos a crescer financeiramente, ajudando-nos a nos descobrir para tornar a nossa visão possível. Portanto, estamos todos na AFRA desde 2018, quando o *Qina Mbokodo* foi fundado, e ainda hoje. Tudo o que fazemos, fazemos com eles. Eles estão nos ajudando. E agora nos autodenominamos parceiros. Nós não somos os filhos e eles não são os pais agora. Somos parceiros agora. Nesse nível em que somos parceiros, então a AFRA quando tem algo em mente eles vêm e compartilham conosco e fazemos juntos (Mkhize, 2025).

Nike Mkhize (2025) acredita que a luta das mulheres no mundo tem características comuns especialmente referentes ao patriarcado. “O patriarcado é o principal instrumento, usado pelos nossos antepassados, para ensinar os homens que a eles era permitido ou que eles tinham o poder de controlar as mulheres”. E envia uma mensagem às mulheres do Brasil: “Eu diria às mulheres brasileiras, lutem a luta das mulheres até que sejamos ouvidas, porque precisamos ser ouvidas, precisamos estar exercendo o que desejamos exercer, que é a nossa ascensão, à qual fomos reprimidas até agora. Portanto, eu diria às mulheres brasileiras, lutem até que sejamos ouvidas, nós queremos ser ouvidas, então temos que lutar para sermos ouvidas”.

¹⁴ “Keep yourself busy instead stay at home waiting for the man to feed you because you gave him the power to control you”.

Quadro 1: Cronologia de ações da AFRA

LABOUR TENANT CLASS ACTION TIMELINE ¹⁵

AFRA – Association for Rural Advancement

1996 – The 1996 Land Reform (Labour Tenant’s) Act was passed to secure labour tenant’s rights.

2001 – By the closing date in March 2001, +/- 22 000 claims had been lodged with the Department of Rural Development and Land Reform (DRDLR), formerly known as the Department of Land Affairs.

2013 – After more than a decade of waiting AFRA, on behalf of labour tenants whose claims had still not been processed, decided to bring a class action lawsuit against the DRDLR to compel them to explain how they intended to process the claims.

The Department of Rural Development and Land Reform fails to comply with court orders.

2014 – The LRC and AFRA apply for a structural interdict or supervisory order to be overseen by the court, for systematic relief in respect of all outstanding labour tenant applications.

The court compels the Department to provide stats pertaining to the current status of labour tenants.

2015 – The DRDLR systematically fails to comply with court orders.

Jan 2016 – The Department’s continuing failure to meet court orders proved that ordinary court supervision was ineffective.

AFRA, on behalf of the labour tenants, take the DRDLR back to court, demanding the appointment of an independent Special Master who will assist the court and the Department to ensure speedy resolution of the claims.

The case is postponed; the Department indicates that they have more evidence to present.

March 2016 – Case is postponed again. The Minister unexpectedly enters the court proceedings with his own legal team, separate to that of the Department.

May 2016 – The Department opposes the appointment of a Special Master but instead offers to negotiate with Afra. However, instead of engaging in negotiations in good faith, the Minister makes unilateral decisions that violates the court ordered agreement.

August 2016 – AFRA brings an application for an interdict against the Minister for delaying the case.

¹⁵ Material de divulgação da AFRA.

October 2016 – After negotiations broke down, the case is referred back to court to argue for the appointment of a Special Master.

December 2016 – A ground breaking judgment is handed by Judge Thomas Ncube in the Land Claims Court in favour of the appointment of a Special Master.

January 2017 – Minister Nkwinti appeals against Land Claims Court relief for labour tenants.

August 2018 – The Supreme Court of Appeal agrees with AFRA & Labour Tenants that the DRDLR non-implementation of the LTA is inconsistent with the RSA Constitution but sets aside the Land Claims Court appointment of a Special Master.

AFRA & Labour Tenants lodge appeal with the Constitutional Court.

23 May 2019 – Arguments on the appointment of a Special Master to be heard at the Constitutional Court.

Fonte: Autoria própria com base em documentos da AFRA

6 CONCLUSÃO

A organização não governamental *Association for Rural Advancement* (AFRA) surgiu no final dos anos 1970, a fim de prestar assistência a comunidades rurais, diante da marginalização e exclusão da população negra sul-africana. A associação se formou em função dos problemas e demandas agrárias da província de KwaZulu-Natal, atuando em conexão com outros movimentos e organizações.

De 1979 até agora, a AFRA tem reafirmado uma prática de oposição resoluta às injustiças perpetradas contra as populações rurais. Os objetivos da organização continuam dirigidos à luta por uma vida melhor para todos nas zonas rurais. No pós-*apartheid*, a AFRA buscou continuar esse trabalho com parcerias com o governo e outras partes da sociedade civil.

Mesmo com recursos limitados e os problemas de ordem política, a AFRA organizou o monitoramento e a documentação sobre remoções, compilando informações sobre as condições gerais no interior da província de Natal, opondo-se a injustiças como despejos e agressões por meio de publicações, publicidade na imprensa, reparações legais e através de representações aos órgãos apropriados.

A AFRA enfrentou períodos de constante e intensiva violência na zona rural e nas cidades e chegou aos anos 1990 e 2000 ciente de sua responsabilidade para atuar politicamente na sociedade e na reorganização do espaço rural sul-africano, garantindo

assessoria jurídica e técnica para essas populações, contribuindo para o bem-estar de homens e mulheres que ainda buscam seu lugar na formação da sociedade sul-africana pós-*apartheid*.

A história da África do Sul é caracterizada pela expropriação de terras em grande escala, desde a era colonial até ao fim do *apartheid*. Este regime estabeleceu e manteve sistematicamente um quadro jurídico complexo que expulsou os africanos das suas terras, destruiu os vários meios através dos quais os negros tinham acesso a esse recurso, diminuiu continuamente o direito da população rural em relação às terras que ocupavam e proibiu os trabalhadores rurais de as possuírem legalmente. O regime significava que os direitos à terra disponíveis para os negros eram limitados aos direitos consuetudinários à terra nas regiões de origem ou aos “direitos” legais à terra baseados em licenças.

As leis e regulamentos atuais que regem os direitos dos agricultores à segurança da posse e ao acesso à habitação adequada e a serviços básicos estabelecem um quadro em potencial para a concretização progressiva dos direitos constitucionais dos camponeses. Este quadro não só proporciona proteção contra despejos arbitrários e ilegais para os agricultores, mas também fornece mecanismos úteis através dos quais os direitos e as condições de vida deles podem ser de algum modo assegurados. A AFRA reconhece que, embora existam alguns problemas no quadro jurídico e na forma como tem sido interpretado pelos magistrados e funcionários do Estado, a preocupação mais séria é a incapacidade ou falta de vontade do Estado para implementar de maneira eficaz as políticas públicas criadas (Afra, 2017).

Neste contexto, a AFRA criou diversos projetos e atividades para oferecer à população rural formação voltada para a negociação entre agricultores, proprietários de terras e diferentes esferas do governo, a fim de encontrar formas de dissolver os obstáculos que impedem a implementação sistemática de direitos fundiários e de serviços.

Em 2009, a AFRA comemorou 30 anos de atividades e, entre 2007 e 2009, concentrou suas atividades em quatro áreas: apoio aos movimentos sociais pela reforma agrária para enfrentar desafios, fazer *lobby* e assumir sua própria luta; reconhecimento dos direitos civis dos trabalhadores rurais e das mulheres; modelos alternativos de reforma agrária para o desenvolvimento econômico e direitos de propriedade comunal, e opções de administração de terras para o desenvolvimento econômico (Afra, 2006, p. 14).

Essas quatro linhas de ação funcionam como estratégia da AFRA para enfrentar os desafios vigentes. As questões de terra, restituição e reforma agrária emergiram como tema de debate nacional na África do Sul contemporânea, com a propagação de muitas críticas à implementação da política de reforma agrária do país. A AFRA reconhecia que os principais

problemas eram a lentidão dos processos burocráticos de transferências de terra, a escassez de recursos agravada por corrupção, fracasso de fazendas produtivas entregues a grupos coletivos mal estruturados, além de manifestações de novos conflitos sociais entre reivindicantes de terra e antigos arrendatários trabalhadores. A ONG denunciou também a prática de desvio de terras reformadas, isto é, terras compradas pelo Departamento de Assuntos Fundiários (DLA) que eram arrendadas a empresários urbanos negros em vez de beneficiar as comunidades rurais.

REFERÊNCIAS

ANDREW, Nancy; JACOBS, Peter. (2009). **Nutrido a pobreza rural – relações agrárias inalteradas na África do Sul**. Conference Paper, n. 3, Maputo, 2009.

ASSOCIATION FOR RURAL ADVANCEMENT (AFRA). **Memorandum on Research Topics Concerning the Law and Resettlement**. Origins of AFRA and Historical Background, Box 1. Pietermaritzburg: The Association for Rural Advancement, 1982.

ASSOCIATION FOR RURAL ADVANCEMENT (AFRA). **Annual Report (2000-2009)**. KwaZulu-Natal, 2000-2009.

ASSOCIATION FOR RURAL ADVANCEMENT (AFRA). **Pathways out of poverty. Improving Farm Dwellers' Tenure Security and Access to Housing and Services - A GUIDE TO LEGISLATION, POLICY AND CASE LAW – JUNE 2017**. Disponível em: <https://afra.co.za/wp-content/uploads/2018/07/AFRA-Improving-Farm.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2025.

ASSOCIATION FOR RURAL ADVANCEMENT (AFRA). **Current programmes, 2024**. Disponível em: <https://afra.co.za/current-programmes-projects/>. Acesso em: 27 mar. 2025.

AFRICAN NATIONAL CONGRESS (ANC). **Reconstruction and Development Programme**. A policy framework. Johannesburg: Umanyano Publishers, 1994.

BARBOSA, Viviane; CUNHA, Sarah Noemi. Mulheres Zulus e a Association for Rural Advancement (AFRA). *In*: FIGUEIREDO, Marina et al (org.). **Coletânea UEMA Produzindo Conhecimento (Ciclo 2021-2022)**. São Luís: Editora Pascal, 2023, p. 766-777.

COLES, Catherine. Land Reform from Post-Apartheid South Africa. **Boston College Environmental Affairs Law Review**, v. 20, p. 699-759, 1993.

COUSINS, Ben. Contextualizando as controvérsias: dilemas da reforma de posse na África do Sul Pós-Apartheid. *In*: CLAASSENS, Aninka; COUSINS, Ben. **Land, power & custom: Controversies generated by South Africa's Communal Land Rights Act** Ohio University Press, 2009. p. 3-33.

CROSS, Catherine; HORNBY, Donna. **Opportunities and obstacles to women's land access in South Africa**. Cidade do Cabo: National Land Committee, 2002.

DARROCH, Mag; LYNE, Mike. **Land redistribution in KwaZulu-Natal, South Africa: Five census surveys of farmland transactions, 1997-2001**. BASIS CRSP Management Entity Department of Agricultural and Applied Economics, University of Wisconsin-Madison. Wisconsin, 2004.

FOTHERINGHAM, Romy; HARLEY, Anne. **AFRA – 20 Years in the land rights struggle – 1979-1999**. Pietermaritzburg: AFRA, 1999.

GOTLIB, Joyce. **Getting people back to the land. Interdependência entre Governo e Ongs na produção de beneficiários por terra da província de KwaZulu-Natal, África do Sul**. 2010. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, 2010.

HALL, Ruty (editor). **ANOTHER COUNTRYSIDE?** Policy options for land and agrarian reform in South Africa. Cape Town: Institute for Poverty, Land and Agrarian Studies (PLAAS), School of Government, University of the Western Cape, 2009.

INSTITUTO DE POBREZA, TERRA E ESTUDOS AGRÁRIOS (PLAAS). **Módulo de Formação da África Austral sobre os Direitos das Mulheres sobre a Terra em Moçambique, África do Sul, Zâmbia e Zimbabué**. Cidade do Cabo: PLASS, nov. 2020.

LAHIFF, Edward. **Land Redistribution in South Africa: Progress to Date**. Cape Town: PLASS, University of Western Cape, 2008.

MANN, Michele. **Women's access to land in the former bantustans: Constitutional Conflict, Customary Law, Democratisation and the role of the State**. Programme for Land and Agrarian Studies School of Government University of Western Cape, Occasional Paper Serie, n. 15, Bellville, 2000.

MERRET, Patricia. PC54/PC54/1/1985 PATRICIA MERRET PAPERS – Afra Policy Directions. Arquivos da AFRA.

MONTEIRO, Paula. Os fundamentos do direito à terra no Pós-Apartheid sul-africano. **Confluências. Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 14, n. 1, p. 205-217, 16 out. 2012.

MUTANGADURA, Gladys. **Women and land tenure rights in Southern Africa: a human rights-based approach**. Africa Conference - Land in Africa: Market Asset, or Secure Livelihood? London, 2004.

PEREIRA, Francisco José. **Apartheid: o horror branco na África do Sul**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A África do Sul independente: segregação, Apartheid e transição pactuada (1910-1994). *In*: VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz (orgs.). **África do Sul: História, Estado e Sociedade**. Brasília: FUNAG/ CESUL, 2010, 272, p. 35-65.

ROSA, Marcelo. A terra e seus vários sentidos: por uma sociologia e etnologia dos moradores de fazenda na África do Sul contemporânea. **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, mai/ago, p. 361-385, 2012.

SAMPSON, Anthony. **O Negro e o Ouro: Magnatas, Revolucionários e o Apartheid**. Tradução Joaquim Palácios. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SANTOS, Marcos Paulo Amorim. Uma união pela segregação: testemunhas da comissão sulafriicana para assuntos nativos. **Almanack**, Guarulhos, n. 29, p. 1-29, dez. de 2021.

SATO, Chisuto. **Casting a Voice for Rural Struggles during Apartheid: The Case of AFRA**. INSTITUTE OF DEVELOPING ECONOMIES - IDE DISCUSSION PAPER No. 35. Chiba: IDE-JETRO, 2012.

SAUNDERS, Suzette. **Land Reform in South Africa: an analysis of the land claim process**. Masters in Public Management and Governance at the Potchefstroom/University for Higher Education, 2003.

SOUSA, Natália. **As disputas em torno das novas legislações sobre a terra na África do Sul**. 2013. Monografia (Bacharelado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

WALKER, Cherryl. **Land Reform and Gender in Post-Apartheid South Africa**. United Nations Research Institute for Social Development. UNRISD Discussion Paper, Geneva: UNRISD, n. 98, October 1998.

WAYLEN, Georgina. **What can the South African transition tell us about gender and democratization?** Centre for Advancement of Women in Politics/School of Politics, Queens University Belfast. Occasional paper 9, september, 2004. Disponível em: <http://www.qub.ac.uk/cawp/research/Waylen.pdf>.

ANEXOS

Entrevista concedida por Laurel Oettle – Diretora Executiva da Association for Rural Advancement (AFRA) à autora, em 25 de agosto de 2025, no escritório da AFRA, em Pietermaritzburg (KZN/África do Sul)



Foto: Nosipho Zulu

How did AFRA's WORK begin? Como se deu o início da atuação da AFRA?

AFRA's work started from a committee of concerned people in the late 1970s when there was an increase in forced removals under the apartheid government. So it was started as a response to that increase in forced removals, particularly around black spot areas and on farms in KwaZulu-Natal. And I mean it was started initially just by a group of volunteers and then slowly as it grew with time, AFRA's very first employee and first field worker was Cheryl Walker who was conducting research and documenting what was happening in terms of forced removal at the time. So it was always a combination of trying to record history and to try and influence protecting people from evictions under apartheid.

O trabalho da AFRA começou com um comitê de pessoas preocupadas no final da década de 1970, quando houve um aumento nas remoções forçadas durante o governo do *apartheid*.

Assim, foi iniciado como resposta ao aumento das remoções forçadas, especialmente em torno das áreas de *black spots* e nas explorações agrícolas em KwaZulu-Natal. E quero dizer que foi iniciado inicialmente apenas por um grupo de voluntários e depois, lentamente, à medida que crescia com o tempo, o primeiro funcionário e primeiro trabalhador de campo da AFRA foi Cheryl Walker, que estava realizando pesquisas e documentando o que estava acontecendo em termos de remoção forçada na altura. Portanto, foi sempre uma combinação entre tentar registrar a história e tentar influenciar a proteção das pessoas contra despejos durante o *apartheid*.

What is the importance of AFRA in the policies implemented by the Government after 1994? Qual a importância da AFRA nas políticas implementadas pelo governo a partir de 1994?

So AFRA was in a unique position together with other civil society organizations that had worked around land rights in the 70s and 80s in that AFRA didn't just have a role in implementing policies but also in shaping those policies. So even so we used to joke, but not really joke, about the fact that some of the land policies were written in AFRA's old offices and the boardrooms and in discussions and a lot of AFRA staff went to work in government.

Assim, a AFRA estava numa posição única, juntamente com outras organizações da sociedade civil que trabalharam em torno dos direitos à terra nas décadas de 70 e 80, na medida em que a AFRA não tinha apenas um papel na implementação de políticas, mas também na definição dessas políticas. Mesmo assim, costumávamos brincar, mas não realmente, sobre o facto de algumas das políticas fundiárias terem sido escritas nos antigos escritórios e salas de reuniões da AFRA e em discussões e muitos funcionários da AFRA terem ido trabalhar no governo.

*And so, well not just AFRA, a lot of civil society, land sector staff went to work in government and were part of shaping and writing those policies. When it came to implementation, there was an era, sort of the first decade of new democracy, where civil society broadly and Afra in particular saw ourselves as partners to support government implementation. So it was around trying to gather the important research and data we had on people's rights to support people to apply under the new legislation for land ownership, so under the restitution, under the **Labour Tenants Act**.*

E assim, bem, não apenas a AFRA, muitos funcionários da sociedade civil e do setor fundiário foram trabalhar no governo e participaram na definição e elaboração dessas políticas. No que diz respeito à implementação, houve uma época, uma espécie de primeira década da nova democracia, em que a sociedade civil em geral e AFRA em particular se viam como parceiros para apoiar a implementação do governo. Portanto, tratava-se de tentar reunir pesquisas e dados importantes que tínhamos sobre os direitos das pessoas para apoiar as pessoas a se candidatarem sob a nova legislação para a propriedade da terra, ou seja, sob a restituição, sob a Lei de Trabalhadores Arrendatários.

So there were very concrete projects put in place, some of which was government funded, to support those, the applications of people to own land. That shifted after the first era when the dysfunction in the implementation of policies started to become more and more obvious. And when you look back through the documentation, there's a very sharp change in the communication coming from government with AFRA, particularly around the period at which the project around supporting labour tenants to apply for their land rights.

Portanto, foram implementados projetos muito concretos, alguns dos quais financiados pelo governo, para apoiar essas candidaturas de pessoas para possuir terras. Isso mudou após a primeira era, quando a disfunção na implementação de políticas começou a tornar-se cada vez mais óbvia. E quando olhamos para trás na documentação, há uma mudança muito acentuada na comunicação vinda do governo com a AFRA, particularmente em torno do período em que o projecto visa apoiar os inquilinos trabalhistas a solicitarem os seus direitos à terra.

So there was a project, government-funded project, and AFRA was one partner that implemented going out and supporting people to make their applications. After that, AFRA was trying to, and other partners, were saying to government, you know, can we now support or have a project around the next phase?

Portanto, houve um projeto, um projeto financiado pelo governo, e a AFRA foi um parceiro que implementou sair e apoiar as pessoas a fazerem as suas candidaturas. Depois disso, a AFRA estava tentando, e outros parceiros, diziam ao governo, você sabe, podemos agora apoiar ou ter um projecto em torno da próxima fase?

And there was just this complete shut off from government. So there became, so we kind of shifted slowly into an era of first uncertainty around why government was withdrawing and

starting to see the flaws in the program and then into quite an openly hostile relationship for quite a long time after that where AFRA increasingly became as an organization supporting activists and those who had applied for land rights but also trying to protect those who were still vulnerable to eviction ended up in quite adversarial situations with government trying to hold them to account and say you have to implement these laws.

E houve apenas um desligamento completo do governo. Então, nós meio que mudamos lentamente para uma era de primeira incerteza em torno do motivo pelo qual o governo estava se retirando e começando a ver as falhas no programa e depois para um relacionamento abertamente hostil por muito tempo depois disso, onde a AFRA se tornou cada vez mais uma organização que apoiava ativistas e aqueles que haviam solicitado direitos à terra, mas também tentava proteger aqueles que ainda eram vulneráveis ao despejo, acabou em situações bastante contraditórias com o governo tentando responsabilizá-los e dizer que você tem que implementar essas leis.

So it led to an era in which we then started taking court action against government to hold them to account for failing to implement legislation. Um so yeah, quite a big shift around between the first and second decades.

Assim, levou a uma era em que começamos a intentar ações judiciais contra o governo para responsabilizá-lo por não implementar a legislação. E sim, [houve] uma grande mudança entre a primeira e a segunda décadas.

In your vision why haven't LAWS (post 1994) guaranteed LAND SECURITY to LABOR TENANTS in South Africa? Na sua visão porque as leis pós 1994 não garantiram a posse da terra para os trabalhadores arrendatários na África do Sul?

Well, I think there's a few different answers that all came together. So the one reason labour tenants still don't have land is because the department never actually had the systems, the capacity, the budget or the governance systems to process those claims to land. So it's never been fully resourced, had a clear plan, been able to have a well-trained workforce that has the capacity to then move forward. Why has it not had those things? I think it's, from my analysis, at least two contributing reasons.

Bem, acho que há algumas respostas diferentes que vieram juntas. Portanto, a única razão pela qual os arrendatários ainda não têm terras é porque o departamento nunca teve realmente os

sistemas, a capacidade, o orçamento ou os sistemas de governação para processar essas reivindicações de terras. Portanto, nunca foi totalmente dotada de recursos, teve um plano claro, foi capaz de ter uma força de trabalho bem treinada e com capacidade para avançar. Por que não teve essas coisas? Acho que, pela minha análise, há pelo menos duas razões que contribuem.

I think the first is that when the ANC came into power, it had no experience of governing. It was a resistance party and really didn't have any clear idea of what it would take, the massive scale of the task ahead. So there was fundamental layers of things that should have been put in place at the beginning that were not put in place because there wasn't really an understanding from anyone, from civil society, any more than those coming into power around the fundamentals, things like how a land administration system functions and how you need to have a functioning land administration system first before you can start to then change land ownership.

Penso que a primeira é que quando o ANC chegou ao poder, não tinha experiência de governação. Era um partido de resistência e não tinha realmente nenhuma ideia clara do que seria necessário, da enorme escala da tarefa que tinha pela frente. Portanto, havia camadas fundamentais de coisas que deveriam ter sido postas em prática no início e que não foram postas em prática porque não havia realmente um entendimento de ninguém, da sociedade civil, mais do que aqueles que chegaram ao poder em torno dos fundamentos, coisas como, como funciona um sistema de administração de terras e como você precisa primeiro ter um sistema de administração de terras funcional antes de poder começar a mudar a propriedade da terra.

And even that still today is not in place. So there's quite structural fundamental problems that were not even realized to be problems at the time because there just wasn't enough experience. The other big influencing factor, I believe, was the agreements that were made when, you know, in order for the democratic elections to take place, all layers and layers of negotiations and a lot of kind of middle ground agreements that were reached in terms of economic policy, in terms of kind of looking at how historical redress would be dealt with.

E mesmo isso ainda hoje não está em vigor. Portanto, há problemas estruturais fundamentais que nem sequer foram percebidos como problemas na época porque simplesmente não havia experiência suficiente. O outro grande fator de influência, creio eu, foram os acordos que

foram feitos quando, sabem, para que as eleições democráticas se realizassem, todas as camadas e camadas de negociações e muitos tipos de acordos intermédios que foram alcançados em termos de política econômica, em termos de análise de como a reparação histórica seria tratada.

And there were a lot of processes that were never really completed. So the process, for example, around looking at the Truth and Reconciliation Commission that happened in South Africa, there was this whole process of opening up some of the atrocities that had happened, but then there wasn't a real closure and a way to heal those wounds.

So there wasn't really a commitment to fundamental deep change in how land is owned in South Africa or how a new economic system might come into place that would allow for changes in the dynamics of power that have been set up first under colonialism and then under apartheid.

E houve muitos processos que nunca foram realmente concluídos. Assim, o processo, por exemplo, em torno da Comissão de Verdade e Reconciliação que aconteceu na África do Sul, houve todo este processo de abertura de algumas das atrocidades que tinham acontecido, mas depois não houve um encerramento real e uma forma de curar essas feridas. Portanto, não houve realmente um compromisso com uma mudança profunda e fundamental na forma como a terra é propriedade na África do Sul ou como um novo sistema econômico poderia entrar em vigor que permitiria mudanças na dinâmica do poder que foi estabelecida primeiro sob o colonialismo e depois sob o apartheid.

So there's never been any real indication from government that there's any desire to move away from a capitalist neoliberal system. So land reform was always only going to tinker at the edges and if it was going to threaten the power and economic power of the wealthy class. There was never any political support for that. So much as there were good intentions behind the legislation, there was never any real commitment to fundamental change in the structure of our economy that would be necessary for radical land reform to be possible.

Portanto, nunca houve qualquer indicação real por parte do governo de que haja qualquer desejo de se afastar de um sistema neoliberal capitalista. Portanto, a reforma agrária iria sempre apenas mexer nos limites e ameaçar o poder e o poder econômico da classe rica. Nunca houve qualquer apoio político para isso. Por mais que houvesse boas intenções por trás

da legislação, nunca houve qualquer compromisso real com a mudança fundamental na estrutura da nossa economia que seria necessária para que a reforma agrária radical fosse possível.

Nowadays, does AFRA have any relationship with the current GOVERNMENT? Who are AFRA's partner agentes? Does AFRA have any relationship with political PARTIES? Atualmente, a AFRA tem relações com o governo vigente? Quem são os parceiros da AFRA? A AFRA mantém relações com os partidos políticos?

So AFRA has been very, very careful throughout its history to not become involved at a party-political level. So obviously that's not been easy, but it's been very fundamentally important to us as an independent organization to make sure that in no way have we ever got enmeshed in party politics or aligned with any political party.

So that's quite straightforward for us. In terms of our relationships with government, we have had many, many different formal and informal relationships with government at many levels from local right through to national. So currently we work with certain, so particularly in terms of the Department of Land and Rural Development. We've worked quite formally with them through having a network of civil society organizations called the Land Network National Engagement Strategy of South Africa.

A AFRA tem sido muito, muito cuidadosa ao longo da sua história para não se envolver a nível político-partidário. Então, obviamente, isso não tem sido fácil, mas tem sido fundamentalmente importante para nós, como organização independente, garantir que de forma alguma nos enredemos na política partidária ou nos alinhemos com qualquer partido político. Então isso é bastante simples para nós. Em termos das nossas relações com o governo, tivemos muitas, muitas relações formais e informais diferentes com o governo a muitos níveis, desde o local até ao nacional. Atualmente trabalhamos com alguns, principalmente em termos do Departamento de Terras e Desenvolvimento Rural. Trabalhamos formalmente com eles através de uma rede de organizações da sociedade civil chamada Estratégia Nacional de Envolvimento da Rede Terrestre da África do Sul.

We've had a wide range of civil society and community-based organisations and movements working around Land and set up to work with government around policy, land policy, but also around climate change policy and agriculture support for smallholder farming and agroecology. So in that capacity we have been invited into various different policy review

processes, policy development processes. So again this varies from time to time but we've been invited to special committees looking at writing new laws or revising old laws. So in those spaces it's a relationship in which as civil society we try and give technical support and input to strengthen legislation based on the realities that we see or that we know from our work with communities.

Tivemos uma ampla gama de organizações e movimentos da sociedade civil e de base comunitária que atuam na questão da terra e que foram estabelecidos para trabalhar com o governo em torno de políticas, especialmente políticas fundiárias, mas também em torno de políticas de mudança climática e apoio agrícola para a agricultura de pequenos agricultores e agroecologia. Portanto, nessa qualidade, fomos convidados para vários processos diferentes de revisão de políticas e processos de desenvolvimento de políticas. Então, novamente, isso varia de tempos em tempos, mas fomos convidados para comitês especiais que buscam redigir novas leis ou revisar leis antigas.

Portanto, nesses espaços é uma relação em que, como sociedade civil, tentamos dar apoio técnico e contribuições para fortalecer a legislação com base nas realidades que vemos ou que conhecemos do nosso trabalho com as comunidades.

So that's kind of at the national policy level. At the level of the implementation of the Labour Tenants Act, so we won a Constitutional Court judgment to have a special master of labor tenants appointed to oversee the implementation of the Labour Tenants Act because of government's failure to process land tax.

So we have court hearings in the new land court every six months. On Wednesday this week we'll have our next hearing. So that's a formal process in which because AFRA was the organization that brought the case, we're a formal member of those hearings and the Special Master of Labour Tenants and the Department of Rural Development and Land Reform have to report to the court every six months and AFRA has a chance to then respond to those reports and input into the court hearings.

Então isso está no nível da política nacional. Ao nível da implementação da Lei dos Trabalhadores Arrendatários, ganhamos uma decisão do Tribunal Constitucional para nomear um mestre especial dos inquilinos trabalhistas para supervisionar a implementação da Lei dos Trabalhadores Arrendatários devido à falha do governo no processamento do imposto sobre a terra. Portanto, temos audiências no novo tribunal de terras a cada seis meses. Na quarta-feira

desta semana teremos nossa próxima audiência. Portanto, este é um processo formal no qual, como a AFRA foi a organização que apresentou o caso, somos um membro formal dessas audiências e o Mestre Especial de Inquilinos Trabalhistas e o Departamento de Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária têm de se apresentar ao tribunal a cada seis meses e a AFRA tem a oportunidade de responder a esses relatórios e contribuir para as audiências judiciais.

So that's quite a formal structure that allows for AFRA and labour tenants that we support to be part of those hearings and influence or share our perspectives and inputs on that. In other cases we work with other government departments. So for example we won a high court case in Pietermaritzburg around government delivery of basic services to people living on farms. So specifically looking at water and refuse removal. So kind of really having the basic rights that are enshrined in the Constitution that are delivered to other people in the country, getting legal clarity that government also has to deliver those same services to people living on farms.

Portanto, trata-se de uma estrutura bastante formal que permite que a AFRA e os trabalhadores arrendatários que apoiamos façam parte dessas audiências e influenciem ou compartilhem nossas perspectivas e contribuições sobre isso. Em outros casos, trabalhamos com outros departamentos governamentais.

Assim, por exemplo, ganhamos um processo num tribunal superior em Pietermaritzburg sobre a prestação governamental de serviços básicos às pessoas que vivem em explorações agrícolas. Portanto, olhando especificamente para a remoção de água e resíduos. Então, ter realmente os direitos básicos consagrados na Constituição que são entregues a outras pessoas no país, obtendo clareza jurídica de que o governo também tem de prestar esses mesmos serviços às pessoas que vivem nas explorações agrícolas.

So what happened is because government decided not to oppose the ruling in our favour, we then worked in a positive relationship with the Department for Water and Sanitation to develop new legislation around the delivery of services on privately owned land. So we were able to input into that process in a very constructive way and we were also then able to partner in terms of how that has been rolled out. So we've been able to give information to government around where farm dwellers are living, what their needs are in terms of basic service delivery and then being able to facilitate that those services are being delivered. So

it's quite varied depending on the government department and depending on how contentious the issue is or whose power it may or may not threaten.

Então o que aconteceu foi que porque o governo decidiu não se opor à decisão a nosso favor, trabalhamos então numa relação positiva com o Departamento de Água e Saneamento para desenvolver nova legislação em torno da prestação de serviços em terrenos de propriedade privada. Assim, pudemos contribuir para esse processo de uma forma muito construtiva e também pudemos fazer parceria em termos de como isso foi implementado. Assim, conseguimos fornecer informações ao governo sobre onde vivem os agricultores, quais são as suas necessidades em termos de prestação de serviços básicos e, em seguida, sermos capazes de facilitar a prestação desses serviços. Portanto, é bastante variado dependendo do departamento governamental e do quão controversa é a questão ou de quem é o poder que ela pode ou não ameaçar.

Does AFRA have a relationship with other institutions and movements linked to RURAL POPULATIONS? A AFRA mantém relação com outras instituições e movimentos ligados à população rural?

So it's changed over time and it changes constantly in terms of who our partnerships are with. But we have a very wide range of community-based organizations specifically around farm dweller rights. So both people on farms who have claims to land, people on farms who have rights to stay there and need those rights protected.

And so there's quite a lot of different movements that have grown up over time, over the last few decades. So we do have a landless peoples movement that has gone through different phases, has at times got quite complicated depending on who the leadership is and what their objectives are and so their relationship has been very strained at some times with AFRA and has been much better at other times.

Isso mudou ao longo do tempo e muda constantemente em termos de quem são as nossas parcerias. Mas temos uma ampla gama de organizações comunitárias especificamente em torno dos direitos dos moradores rurais. Portanto, tanto as pessoas nas explorações agrícolas que têm direitos sobre a terra, como as pessoas nas explorações agrícolas que têm o direito de lá permanecer e precisam que esses direitos sejam protegidos. E há muitos movimentos diferentes que cresceram ao longo do tempo, nas últimas décadas. Portanto, temos um movimento dos povos sem terra que passou por diferentes fases, por vezes tornou-se bastante

complicado dependendo de quem é a liderança e quais são os seus objectivos e por isso a sua relação tem sido muito tensa em alguns momentos com a AFRA e tem sido muito melhor noutros momentos.

So it fluctuates. But we have a very strong network of community partners who are supporting labour tenants. And that's spread across the province. So we have multiple small farm dweller organisations supporting people directly on the ground.

So most of our work now is done through supporting those community organisations to directly engage with government and to directly support people who need advice on their rights. So instead of us trying to go out into all the rural areas, we try and support those who are already there and make sure they have access to information, that we can send them data and airtime so they can communicate and that they can have travel money to attend meetings with government or local ward councillor.

Então isso flutua. Mas temos uma rede muito forte de parceiros comunitários que apoiam os inquilinos trabalhistas. E isso está espalhado por toda a província. Portanto, temos várias organizações de pequenos agricultores apoiando as pessoas directamente no terreno. Portanto, a maior parte do nosso trabalho agora é feito através do apoio a essas organizações comunitárias para que se envolvam directamente com o governo e apoiem directamente as pessoas que necessitam de aconselhamento sobre os seus direitos. Então, em vez de tentarmos ir a todas as áreas rurais, tentamos apoiar aqueles que já estão lá e garantir que tenham acesso à informação, que possamos enviar-lhes dados e *airtime*¹⁶ para que possam comunicar e que possam ter dinheiro para viajar para participar em reuniões com o governo ou com o vereador local.

And in some districts we have, they've set up kind of what are called land rights management facilities, which is a multi-stakeholder platform at a local level that meets regularly to address any land rights issues in that area and that includes government, community organisations, civil society as well as farm owners, landowners themselves.

So those have been put in place over the last few years and have become very important platforms for direct engagement for communities to both decision makers and landowners. So that's been an important shift. Other than that, we partner with a lot of civil society

¹⁶ Software de código aberto usado para automação de rádio e agendamento de transmissões.

organisations. So we're members of a lot of networks. So both at the national level and at the local level. So for example, we are members of the provincial agroecology platform that was set up a few years ago.

E em alguns distritos que temos, eles criaram o que chamamos de instalações de gestão de direitos fundiários, que é uma plataforma multilateral a nível local que se reúne regularmente para abordar quaisquer questões de direitos fundiários naquela área e que inclui o governo, organizações comunitárias, sociedade civil, bem como proprietários agrícolas, os próprios proprietários de terras. Portanto, estas foram implementadas ao longo dos últimos anos e tornaram-se plataformas muito importantes para o envolvimento direto das comunidades, tanto para os decisores como para os proprietários de terras. Então essa foi uma mudança importante. Fora isso, temos parceria com diversas organizações da sociedade civil. Portanto, somos membros de muitas redes. Portanto, tanto a nível nacional como a nível local. Assim, por exemplo, somos membros da plataforma provincial de agroecologia que foi criada há alguns anos.

And some of the farmers we support also are direct members of that platform. So it's not just that we as the NGO are the member, but that our members are, our farmers that we support are also members of the platform. They're also on the WhatsApp group. They have direct relationships with other farmers. And that's something that we're trying to build on. Then we have, yeah, this kinds of series of networks based around particular issues. So I've already mentioned the land network of civil society at a national level. We also have quite a wide network that's come together around looking at the food system in South Africa and what a just transition could look like in the food system.

And that has enabled us to connect to a much wider range of organisations, those working on economic justice, those working with groups that we don't work with directly, like informal food traders and people in unions, to look much more broadly at the injustices of the food system and land as one thread in that conversation.

E alguns dos agricultores que apoiamos também são membros diretos dessa plataforma. Portanto, não é apenas nós, como ONG, que somos membros, mas também os nossos membros, os nossos agricultores que apoiamos, também são membros da plataforma. Eles também estão no grupo do WhatsApp. Eles têm relações diretas com outros agricultores. E isso é algo que estamos tentando construir. Então temos, sim, esse tipo de série de redes

baseadas em questões específicas. Já mencionei a rede fundiária da sociedade civil a nível nacional. Também temos uma rede bastante ampla que se reúne para analisar o sistema alimentar na África do Sul e como poderia ser uma transição justa no sistema alimentar. E isso permitiu-nos ligar-nos a uma gama muito mais ampla de organizações, aquelas que trabalham na justiça econômica, aquelas que trabalham com grupos com os quais não trabalhamos diretamente, como comerciantes informais de alimentos e pessoas em sindicatos, para olhar de forma muito mais ampla para as injustiças do sistema alimentar e da terra como um fio condutor nessa conversa.

Agroecology is another thread in that conversation. So that's been, and what's been important about that space again has been having farmers directly engage, community members directly engage, and then being able to connect it into policy processes that are happening at the moment, like our new Climate Change Act. So for example, this afternoon I have a meeting with a group of other civil society and academic institutions to look at running or building on a series of capacity building workshops around how the Climate Change Act is going to be implemented and how we can try and influence that process with early planning to see how communities can directly advocate for their needs as government plans this implementation.

A agroecologia é outro fio condutor dessa conversa. Assim tem sido, e o que tem sido importante nesse espaço novamente tem sido o envolvimento direto dos agricultores, o envolvimento direto dos membros da comunidade e, em seguida, ser capaz de conectá-lo aos processos políticos que estão acontecendo no momento, como a nossa nova Lei de Mudanças Climáticas. Por exemplo, esta tarde tenho uma reunião com um grupo de outras instituições da sociedade civil e acadêmicas para analisar a realização ou o desenvolvimento de uma série de workshops de capacitação sobre como a Lei das Alterações Climáticas vai ser implementada e como podemos tentar influenciar esse processo com planeamento antecipado para ver como as comunidades podem defender directamente as suas necessidades à medida que o governo planeja esta implementação.

How does Afra assess women's current access to land in the country? In the case of KwaZulu-Natal, is there any interference from local governments that prevents this access? How does this happen? Como a Afra avalia o atual acesso das mulheres à terra no país? No caso de KwaZulu-Natal, existe alguma interferência dos governos locais que impeça este acesso? Como isso acontece?

Our focus of work is specifically on farm dwellers. So that's where AFRA is an expert. So I can speak quite specifically around women's access to land on farms. But first, just to say more broadly, our sister organisations who work around women's land rights mostly work in communal tenure areas. So areas that are under the control of chiefs or under the Ingonyama Trust, which is the biggest landowner in KwaZulu-Natal. But AFRA doesn't work on customary land rights. We haven't for quite a long time. We used to many, many years ago. So I would say one of the biggest challenges in South Africa around women's access to land is traditional land that's governed by quite patriarchal systems.

Nosso foco de trabalho é especificamente nos moradores de fazendas. Então é aí que a AFRA é especialista. Portanto, posso falar muito especificamente sobre o acesso das mulheres à terra nas explorações agrícolas. Mas primeiro, apenas para dizer de forma mais ampla, as nossas organizações irmãs que trabalham em torno dos direitos das mulheres à terra trabalham principalmente em áreas de posse comunal. Portanto, áreas que estão sob o controle dos chefes tradicionais ou sob o Ingonyama Trust, que é o maior proprietário de terras de KwaZulu-Natal. Mas a AFRA não trabalha com direitos consuetudinários à terra. Faz muito tempo que não fazemos isso. Costumávamos fazer isso há muitos, muitos anos. Portanto, eu diria que um dos maiores desafios na África do Sul em relação ao acesso das mulheres à terra é a terra tradicional, governada por sistemas bastante patriarcais.

And I hear a lot about that from sister organisations, but it's not our work. So I can't speak too much about what's happening there. But we don't have current legislation that protects or even governs land under customary tenure. We've had a series of... We even had a communal land rights act passed, but it was then declared unconstitutional. So there's no act. On farms, we've done quite a lot of work trying to include women and women's voices and women's issues into community structures.

E ouço muito sobre isso de organizações irmãs, mas não é o nosso trabalho. Então não posso falar muito sobre o que está acontecendo lá. Mas não temos legislação atual que proteja ou mesmo governe a terra sob posse consuetudinária. Tivemos uma série de... Até tivemos uma lei de direitos de terras comunais aprovada, mas depois foi declarada inconstitucional. Portanto, não há legislação. Nas fazendas, temos feito muito trabalho tentando incluir as mulheres e as vozes das mulheres e as questões das mulheres nas estruturas comunitárias.

Because the first challenge we had was that whenever there's community structures set up, most of those serving on those structures or elected are men. Which made it very hard to understand what challenges women were facing around access and ownership of land. So we had quite a long running process to try and engage our community structures and find a way to speak around the importance of having women in those structures as a starting point. And that was quite contested in and of itself. And there was quite a lot of conflict around getting women into those structures. And what happened was that women within our district structures set up their own women's structure to say we want our own space where we can speak about our own issues and challenges.

Porque o primeiro desafio que tivemos foi que sempre que há estruturas comunitárias criadas, a maioria dos que servem nessas estruturas ou são eleitos, são homens. O que tornou muito difícil compreender quais os desafios que as mulheres enfrentavam em relação ao acesso e à propriedade da terra. Portanto, tivemos um processo bastante longo para tentar envolver as nossas estruturas comunitárias e encontrar uma forma de falar sobre a importância de ter mulheres nessas estruturas como ponto de partida. E isso foi bastante contestado por si só. E houve muitos conflitos em torno da inserção das mulheres nessas estruturas. E o que aconteceu foi que as mulheres dentro das nossas estruturas distritais criaram a sua própria estrutura feminina para dizer que queremos o nosso próprio espaço onde possamos falar sobre os nossos próprios problemas e desafios.

But it was quite contested. It's working much better now. And there has been more and more recognition of the importance of having women represented and having women's issues being able to be put on the table. However, in terms of women's actual rights, what we found, for example, in the labour tenant claim is that how the system worked was that, you've done some research on the Labour Tenants Act. So it was generally a male household head who provided labour on the farm and then it was their son who would then provide the free labour on the farm. So it came from a system in which it was the man's labour that enabled access to that tenure security.

No entanto, isso foi bastante contestado. Agora está funcionando muito melhor. E tem havido um reconhecimento crescente da importância de ter mulheres representadas e de que as questões das mulheres possam ser colocadas na mesa. Contudo, em termos dos direitos reais das mulheres, o que descobrimos, por exemplo, na reivindicação dos *labor tenants*

(arrendatários-trabalhadores), é que a forma como o sistema funcionava era a seguinte — “você pesquisou um pouco sobre o Labour Tenants Act (Lei dos Arrendatários-Trabalhadores)”. Em geral, era o chefe da família, do sexo masculino, que fornecia a mão de obra na fazenda, e então era o filho dele quem forneceria o trabalho gratuito na propriedade. Ou seja, partia de um sistema no qual era o trabalho do homem que garantia o acesso àquela segurança na posse da terra.

It also meant that when the Act allowed for a former labour tenant to apply for land ownership, it was the male household head mostly who put in that application, who could then show, I provided my labour, my father provided labour, my grandfather provided labour. So unfortunately, most labour tenant claims were put in by men. And while government policy all speaks about the importance of women and gender equality, there's not really any mechanisms put in place by government to actually ensure that women have equal access to those rights.

Significava também que, quando a Lei permitia que um antigo arrendatário solicitasse a propriedade da terra, era principalmente o chefe do agregado familiar do sexo masculino quem fazia esse pedido, que poderia então demonstrar: Eu forneci o meu trabalho, o meu pai forneceu o trabalho, o meu avô forneceu o trabalho. Infelizmente, a maioria das reivindicações de inquilinos trabalhistas foram feitas por homens. E embora todas as políticas governamentais falem sobre a importância das mulheres e da igualdade de gênero, não existem realmente quaisquer mecanismos implementados pelo governo para realmente garantir que as mulheres tenham acesso igual a esses direitos.

So there's quite a lot of complications around how government is now actually transferring land. So part of what we're trying to affect, now that finally land is starting to be transferred, we're trying to understand what legal structures government is using. If they're using communal property associations, for example, who is put in charge? And is it women as well as men who have a say in how that land is shared and used? Because we know historically that when a family has unsecured tenure, men and women are equally insecure. But if you give title to a man, then the woman can become less secure, because he has the power to sell that or to lease it, whereas she doesn't. So we know that it can create a greater power imbalance, but we're just trying to see what happens and to make government aware of and

be recording how many people in those households are women and children, and are they being protected. So we'll have to see what happens.

Há muitas complicações em torno de como o governo está atualmente transferindo terras. Então, parte do que estamos tentando afetar, agora que finalmente a terra está começando a ser transferida, estamos tentando entender quais estruturas legais o governo está usando. Se usarem associações de propriedade comunal, por exemplo, quem será o responsável? E são as mulheres, assim como os homens, que têm uma palavra a dizer sobre a forma como essa terra é partilhada e utilizada? Porque sabemos historicamente que quando uma família tem posse insegura, homens e mulheres ficam igualmente inseguros. Mas se você der o título a um homem, então a mulher pode ficar menos segura, porque ele tem o poder de vendê-lo ou alugá-lo, enquanto ela não. Portanto, sabemos que isso pode criar um maior desequilíbrio de poder, mas estamos apenas tentando ver o que acontece e conscientizando o governo e a registrando quantas pessoas nessas famílias são mulheres e crianças, e estão a ser protegidas. Então teremos que ver o que acontece.